

5 - A inserção observante em quatro entidades assistenciais socioeducativas e análises

Silvio José Benelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENELLI, SJ. A inserção observante em quatro entidades assistenciais socioeducativas e análises. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 191-261. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: [10.7476/9788568334751](https://doi.org/10.7476/9788568334751). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

A INSERÇÃO OBSERVANTE EM QUATRO ENTIDADES ASSISTENCIAIS SOCIOEDUCATIVAS E ANÁLISES

Observando o funcionamento da entidade assistencial pública 1

Realizamos visitas a uma das entidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente nos dias 8, 9 e 12 de março de 2010. Tendo procurado o responsável, fomos bem acolhidos e depois de apresentar nossa proposta de pesquisa, obtivemos autorização do diretor da entidade e do gestor da pasta de assistência social para realizar as visitas de observação.

Quanto à estrutura física, a entidade dispõe de um grande espaço, com prédios, diversas salas para as atividades, quadra de esportes coberta, campo de futebol gramado, anfiteatro, refeitório, cozinha, salas com jogos para recreação, banheiros, prédio da administração com as salas da secretária, do coordenador pedagógico, da assistente social, dos professores e do diretor da unidade, banheiros masculinos e femininos para professores e funcionários, além de uma sala de atendimento psicológico e uma sala de informática. Os prédios são bastante antigos, e as instalações foram

adaptadas para o atendimento de crianças e adolescentes. Na verdade, a entidade se parece muito com uma escola, pois inclusive o início e o término das atividades, que são chamadas de “aulas” são marcados pelo som de uma campainha.

A rotina começa com a chegada de crianças e adolescentes, trazidos de diversos bairros da cidade por meio de ônibus pertencentes à prefeitura municipal, ao redor das 8 horas da manhã, quando é servido o café. Às 8h20 tem início o trabalho educativo, sendo desenvolvidas as seguintes atividades: apoio e reforço escolar, informática, Educação Física e esportes, capoeira, jogos de salão, aulas de espanhol, de dança e ensaios de coral. No período matutino, a primeira aula vai das 8h20 às 9h10, a segunda aula dura das 9h10 às 10h, quando há um intervalo de 10 minutos, seguido de mais uma aula, que dura das 10h10 às 11h, quando é servido o almoço no refeitório. Os ônibus levam as crianças e os adolescentes para as escolas a partir das 11h20. Já no horário da tarde, o horário de início é às 13h30; a primeira aula dura até as 15h, e depois de um intervalo de 10 minutos, um novo período de aulas vai das 15h10 às 16h20.

A clientela da entidade, que se localiza numa área central da cidade, é composta por aproximadamente 250 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade, vindas de bairros pobres da cidade. No turno matutino são atendidos 130 indivíduos e no turno vespertino, mais 120. Eles são divididos em grupos etários com base nas séries escolares que frequentam: são agrupadas as crianças de 2^a a 4^a séries, as da 5^a são numerosas e ficam juntas, o que também ocorre com o grupo das que estão na 6^a série; depois são agrupadas as que estão na 7^a série ao ensino médio. São quatro grupos de alunos que participam de atividades de apoio e de reforço escolar em quatro salas de aulas com professoras da rede municipal de ensino. Como as diversas atividades que compõem o currículo estão superpostas e acontecem ao mesmo tempo que as crianças e adolescentes estão nas salas de aula, eles são divididos em subgrupos e, deixando a sala, vão participar, de modo escalonado, das outras

atividades oferecidas pela entidade, sendo que a frequência de adolescentes é maior no período vespertino.

A equipe profissional que atua na entidade é composta majoritariamente por funcionários públicos: há um diretor, um coordenador pedagógico, uma assistente social, uma psicóloga, onze professores, um auxiliar de escrita e um de serviços gerais, uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha, totalizando 19 trabalhadores. Diversos professores cumprem apenas meia jornada de trabalho na entidade e outros ainda desenvolvem suas atividades em outras unidades públicas do programa de atendimento à criança e ao adolescente no município.

De acordo com as informações contidas no Plano de Ação Municipal PMAS-2009, documento que contém os convênios municipais com a SEADS de São Paulo, a entidade pública 1 recebeu o valor anual de R\$ 172.833,41 do Fundo Municipal de Assistência Social e R\$ 78.360,00 do Fundo Estadual de Assistência Social para custear seus gastos.

Atividades socioeducativas desenvolvidas são compostas basicamente pelo apoio e reforço escolar e por atividades lúdicas e de entretenimento. O que restou de “profissionalizante” foram as aulas de informática. Em conversa com a assistente social, sabemos que “é comum que os adolescentes frequentem a entidade até os 15 anos, aproximadamente, porque eles se cansam das atividades e não se interessam mais por elas”. Ela também informou que, em termos profissionalizantes, “a alternativa para os adolescentes consiste em prestar o exame de seleção para ingressar no Centro Profissionalizante Municipal ou então no programa da Legião Mirim, mas a entidade mesmo não oferece mais cursos profissionalizantes”.

Tendo solicitado vistas a alguns documentos da entidade, tais como o projeto pedagógico e plano de trabalho, o coordenador pedagógico forneceu uma cópia do Planejamento 2010, uma cópia dos horários das aulas/atividades socioeducativas do período matutino e do vespertino, uma cópia do Regulamento 2010 e ainda uma cópia do Regimento Interno.

O Planejamento 2010 se reduz a uma página com os meses do ano, com a indicação do número de dias letivos de cada mês, além das datas comemorativas que compõem o “temário das atividades que cada professor deve desenvolver com seus alunos em sala de aula” e com a previsão das datas na quais seriam realizadas atividades mensais, tais como: reunião da equipe profissional, comemoração dos aniversários das crianças, dia de passeio na chácara com as crianças, reuniões diversas com as famílias beneficiárias dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem.

O Regulamento 2010 é antigo, contém sete artigos e deve ser lido e assinado pela criança/adolescente, por seus pais e datado, quando do ato da matrícula na entidade, conforme a seguir:

Regulamento Geral

Artigo 1º. Todos os pais ou responsáveis pelos alunos ficam, mediante estas normas gerais, cientes de que as normas estabelecidas para 2010 serão cumpridas por esta unidade e aceitas pelos alunos e por quem assinou este documento e a matrícula.

Artigo 2º. Direitos do aluno: ser respeitado como pessoa (ser humano). Igualdade de tratamento, livre de qualquer preconceito. Ter assegurado as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades e atividades escolares, na perspectiva individual e social. Ter assegurado seus direitos estabelecidos no ECA.

Artigo 3º. Deveres do aluno: respeitar a direção, professores, funcionários e colegas da unidade, dirigindo-se a todos com educação. O aluno deverá cumprir rigorosamente o horário da entidade, chegando antes do início das atividades (08:00 manhã e 13:00 tarde), permanecendo até o final delas (11:30 manhã e 16:45 tarde). A dispensa somente será autorizada com solicitação por escrito dos responsáveis. Preservar o prédio, o mobiliário, os equipamentos e o material pertencente à entidade, devendo o aluno indenizar os prejuízos. Entregar aos pais ou responsáveis os comunicados da entidade (dos professores ou da direção). Participar das atividades em sala de aula propostas pelos professores, coordenação ou direção.

Artigo 4°. É proibido ao aluno: entrar atrasado e sair adiantado ou descer do ônibus sem autorização com a justificativa por escrito dos responsáveis. Fumar na entidade, assim como usar qualquer tipo de drogas, revistas pornográficas, aparelho celular, aparelhos sonoros, minigames, o uso de estiletos, canivetes e similares ou qualquer tipo de armamento. Os alunos deverão trajar-se decentemente, serão vetados o uso de “piercing”, “shorts”, minissaias e mini-blusas, bem como o uso de decotes. Desrespeitar as pessoas, promover ou se envolver em brigas no ônibus da entidade.

Artigo 5°. Faltas disciplinares graves: desacato a autoridade da direção, professores e funcionários. Participar de movimentos de indisciplina coletivos. Agressões verbais e físicas aos colegas, dentro do ônibus, passeios e na entidade. Danificar ou furtar móveis, materiais e equipamentos da entidade. Portar material que represente perigo para a saúde, segurança e integridade física e moral.

Artigo 6°. Penalidades: 03 (três) advertências escritas com ciência dos pais ou responsáveis – uma “suspensão”. Suspensão mediante a consulta da direção da entidade. Suspensão temporária ou cancelamento da matrícula após apreciação e deliberação da direção da entidade. Encaminhamento do aluno (acompanhado pelo pai ou responsável) à direção da entidade ou Conselho Tutelar para providências administrativas e legais. O aluno que tiver mais de 07 (sete) faltas consecutivas e sem justificativas terá sua matrícula cancelada.

Artigo 7°. Responsabilidade da família: os pais ou responsáveis deverão ressarcir todo e qualquer prejuízo causado pelo filho ao prédio, mobiliário, equipamentos, ônibus e a terceiros. Faltas, atrasos, saídas antecipadas deverão ser comunicadas com justificativa por escrito à direção. Os alunos doentes não poderão frequentar a entidade, pois não podem ser medicados pela equipe de profissionais. Não encaminhar ou permitir que seu filho traga para a entidade pessoas não autorizadas. É imprescindível a presença dos pais ou responsáveis nas reuniões ou quando convocados. Podendo o aluno ficar suspenso até a presença dos mesmos.

Estou ciente do regulamento de 2010. Data: ___/___/___/

Nome: _____ Telefone: _____

Mãe: _____ RG: _____

Pai: _____ RG: _____

Também tivemos acesso ao Regimento Interno e a alguns “Critérios para o bom funcionamento da entidade” que apresentamos a seguir:

Regimento Interno

A participação em acampamentos fica sujeita ao comportamento e às notas escolares.

A participação na excursão de fim de ano será somente para os alunos que forem aprovados direto na escola.

Os alunos deverão trajar-se decentemente e estar limpos, sendo vedado o uso de minissaias, mini-blusas, bem como o uso de decotes.

É vetado namorar na entidade.

Aos alunos será vetado o porte e o uso de qualquer instrumento de corte, tais como estiletos, canivetes, estilingues ou similares.

Quem os portar, deverá ser encaminhado à diretoria.

É vetado o uso de cigarros, tóxico e bebidas alcoólicas.

No refeitório, pede-se que usem camisa, não corram e que respeitem o silêncio.

Os alunos só poderão entrar no refeitório no horário da refeição.

Os alunos só poderão entrar na diretoria, secretaria, coordenação, sala dos professores se convidados ou se tratar de assuntos oficiais.

Os alunos só poderão utilizar o telefone da entidade em caso de extrema necessidade e a ligação terá que ser feita pela secretária, que anotará a hora, o número do telefone chamado e o dia.

Os alunos não deverão deixar as salas de aulas durante o reforço escolar ou atividades programadas, sem autorização dos professores.

Fica vetado o uso de apelidos pejorativos que possam ofender os alunos ou professores.

O aluno que abandonar a sala de aula ou oficinas sem o consentimento do professor deverá ser encaminhado à coordenação.

Em caso de brigas, os alunos deverão ser acompanhados à coordenação e em segunda instância, à direção.

Os alunos serão responsáveis pelos seus lugares no ônibus.

Os alunos não deverão deixar a entidade sem o consentimento da coordenação.

Os horários de entrada e de saída deverão ser respeitados e entradas fora de hora somente serão permitidas com autorização da coordenação.

O ônibus é somente para o transporte de alunos.

As ofensas pessoais tais como palavrões e xingamentos não serão tolerados.

Fica vetado o uso de corretivo.

Obs. Salvo em casos especiais, todas as normas disciplinares da entidade serão estudadas e votadas por funcionários, professores e alunos. Excepcionalmente, a direção poderá tomar decisões sem consultar previamente, submetendo-as posteriormente ao grupo.

Critérios para o bom funcionamento da entidade

Ser pontual aos horários determinados.

Preparar as aulas com antecedência.

Estimular a frequência do aluno, comunicar ao coordenador ou assistente social quando houver mais de três faltas consecutivas.

Evitar deixar os alunos sozinhos.

Nunca deixar material fora dos armários.

Troca de experiência entre professores.

Vibrar com os alunos nas atividades.

Estar sempre alegre e sorridente com os alunos.

Nunca deixar giz e apagadores nas salas de aulas.

Apresentar todas as atividades de maneira criativa.

Responsabilizar-se pelos materiais que lhe forem confiados.

Acompanhar as crianças no refeitório.

Retirada de material somente com a secretária.

Chaves somente serão entregues para professores.

Na secretaria deve permanecer somente a secretária.
Orientar os alunos para não permanecer na secretaria.
Medicamento e agendamento com o médico na secretaria.
Os alunos não devem sair das atividades programadas.
Não fumar.
Verificar as janelas (fechadas) e a luz (apagada) ao sair da sala.
Os pedidos de material devem ser apresentados com um mês de antecedência, por escrito e entregues na secretaria.
Manter limpas e organizadas as salas de aulas.
Comunicar a suspensão de alunos para a coordenação.
O telefone é para uso exclusivo de trabalho da entidade (a ligação deverá ser feita e anotada pela secretária).
Apenas as cozinheiras devem permanecer na cozinha.
Relatório diário de ocorrências cometidas com os alunos dentro da unidade deverá ser arquivado em pasta específica na sala do serviço social.
Evitar a utilização de rótulos e estigmas quanto a algumas crianças e adolescentes, influenciando na relação profissional - criança e adolescente e na relação da criança e adolescente com outros membros da entidade, havendo marginalização dos mesmos.

Pensamos que esses documentos revelam a ausência de uma proposta socioeducativa consistente na entidade, pois não encontramos documentos que apresentem uma descrição e uma fundamentação explícita do trabalho realizado. A impressão é de que isso não faz muita falta, predominando a improvisação e um empirismo experimental, com base no modelo escolar tradicional. Diante da nossa solicitação por planos de trabalho, a assistente social que coordena os trabalhos da entidade nos ofereceu uma pasta contendo antigos projetos da entidade pública municipal, mas disse “que não tinha o projeto atual, que teria sido revisado e atualizado no ano de 2008 e que deveria estar com os técnicos da SMAS”.

Observamos que as atividades de apoio e reforço escolar são monótonas e cansativas: as professoras procuram orientar as crianças e os adolescentes para que façam as tarefas escolares e

procuram trabalhar os conteúdos escolares de maneira tradicional. É interessante observar que os “passeios à chácara” e o “acampamento de fim de ano” são utilizados para atrair e mobilizar o interesse dos usuários, bem como para controlar e modelar seu comportamento: só podem participar das atividades aqueles que apresentarem notas satisfatórias e bom comportamento. Desse modo, a entidade parece constituir um híbrido curioso: há nela algo de “creche”, um pouco de “escola”, uma parte de “clube” e uma busca para promover uma ação sobre a conduta moral dos usuários, procurando inculir neles uma série de “valores”: direitos, deveres, profissionalização, cidadania etc.

Aparentemente, a entidade se preocupa muito com a formação moral das crianças e adolescentes e sua ação institucional também poderia ser incluída no que se denomina de “educação compensatória”, que pode ser definida como um

Conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social. 1. A educação compensatória é um termo que surgiu durante a Revolução Industrial. 2. Esse termo é usado, em geral, no pré-escolar e nas séries iniciais do 1º grau (Duarte, 1986, p.175).

Tendo participado de uma reunião da equipe de professores, assistimos ao trabalho de organização de atividades “pedagógicas”, tais como: planejamento de atividades relacionadas com a celebração da Páscoa, de atividades relacionadas com a organização da festa mensal dos aniversariantes e ainda de atividades relativas ao tema da festa das mães no mês de maio. As professoras sugeriram diversas atividades tipicamente escolares relativas aos temas do calendário que estavam em questão. O que parece distinguir essa entidade assistencial de uma escola comum é a ausência de preocupação com o currículo e os conteúdos das matérias escolares

tradicionais, pois seu objetivo não é transmitir conhecimentos e informações, que seriam da responsabilidade da própria escola.

Também vimos um filme no projetor multimídia, mostrando um depoimento de ex-usuários da entidade: um havia se tornado mendigo e vivia nas ruas, fazia uso de álcool e pedia comida de porta em porta, outro havia entrado na drogadição quando parou de frequentar a entidade por volta dos 15 anos de idade e então lutava para se livrar do vício, procurando fazer um trabalho de conscientização com jovens da favela. Curiosamente, essas questões não levaram o grupo a problematizar a eficácia e resolutividade do trabalho socioeducativo que estavam realizando na entidade.

No final da reunião, o coordenador pedagógico pediu a atenção dos professores para o portão de entrada, que ficava aberto no horário de funcionamento normal da entidade. Quando deveria ficar fechado, também ocorriam ações de vandalismo nos banheiros utilizados pelos alunos, motivo pelo qual passariam a ficar fechados durante o horário das aulas e a chave deveria ser procurada na secretaria quando necessário. O diretor também comentou que era preciso ser claro com as crianças quanto à razão de frequentarem o projeto, afirmando que era importante dizer a verdade para elas. Como exemplo, relatou uma conversa franca e direta que teria tido com uma criança: “Você sabe por que está aqui? Você está aqui porque sua avó precisa que você fique aqui, enquanto ela toma conta dos seus irmãos. Ela não pode ficar com todos vocês ao mesmo tempo”. Podemos notar que a entidade não existe porque crianças e adolescentes são cidadãos de direitos para os quais se oferece proteção integral e oportunidades de educação, de formação crítica e de desenvolvimento pessoal e coletivo, com objetivos emancipatórios. A entidade fica reduzida, na percepção do diretor, a um espaço de guarda e de contenção de crianças e adolescentes pobres e desvalidos cujas famílias não conseguem se responsabilizar por eles. A entidade existe para compensar a impossibilidade que os membros das camadas populares têm para cuidar dos seus filhos. Nela, haveria então algo de creche e um pouco de prisão também.

Observando o funcionamento cotidiano da entidade assistencial pública 2

Visitamos a entidade assistencial pública 2, que coloca em prática o mesmo programa municipal de atendimento a crianças e adolescentes no município. Podemos dizer que as entidades públicas diferem um pouco pelas condições físicas dos edifícios e equipamentos disponíveis, mas normalmente sua aparência geral é de desgaste pelo tempo, pelo uso contínuo e pela falta de pintura e reforma. Uma característica constante é a improvisação e adaptação dos espaços físicos, produzindo a impressão de uma “estética da pobreza”: aparentemente, para atender os pobres, coisas feias, velhas e improvisadas seriam suficientes. A estrutura física da entidade pública 2 é composta por um prédio que abriga quatro salas de atividades, uma brinquedoteca, um consultório psicológico, uma secretaria, banheiros masculinos e femininos, uma cozinha, uma despensa e um refeitório, um pátio coberto, uma quadra esportiva, espaços abertos, gramados ou não.

Num dia normal de funcionamento, as atividades na entidade do período matutino começam das 8h às 8h30, as crianças e adolescentes vão ao refeitório, rezam, tomam o café da manhã e fazem a higiene bucal. Entre 8h30 e 9h45 são realizadas concomitantemente três tipos de atividades, com grupos diferentes de crianças e adolescentes (os pequenos, os intermediários e os adolescentes): atividades gráficas e tipicamente escolares em sala, atividades manuais em sala (confeção de tapetes e de bordado, fuxico, panos de prato) e aulas de tae kwon do. Em seguida, há um rodízio de crianças e adolescentes, que vão para outras atividades. É como se fossem dois tempos de aulas diferentes e seguidos, pois das 9h45 às 11h00 são realizadas as atividades manuais em sala por uma turma, enquanto outro grupo vai para recreação livre e um terceiro grupo tem aulas de tae kwon do. Essa atividade esportiva é considerada muito adequada para ensinar os valores de disciplina, ordem e respeito para crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, das 9h20 às 11h00, dois grupos de usuários vão para as atividades de coral e de

dança. Das 11h00 até as 11h30, todos se juntam no refeitório e depois da oração, é servido o almoço, em seguida vão fazer a higiene bucal e depois vão embora para a escola.

No período vespertino, entre 13h00 e 13h15, as crianças e adolescentes chegam à entidade, vão para o refeitório, rezam, almoçam e depois fazem a higiene bucal. O primeiro período de atividades vai das 13h30 às 14h45, quando três grupos de usuários se dividem para participar da realização de atividades manuais em sala, de atividades gráficas e escolares em outra sala e para a aula de tae kwon do. O segundo período de atividades vai das 14h45 às 16h00, quando os grupos trocam de atividades. Entre 14h20 e 16h00, as crianças e adolescentes, em grupos, participam de atividades de coral e de dança. Entre 16h00 e 16h30, todos se reúnem no refeitório e, depois de uma oração, tomam o café da tarde, fazem a higiene bucal e retornam às suas casas.

Os momentos de recreação incluem acesso à brinquedoteca, jogos de mesa (pingue-pongue) e jogo de futebol na quadra de esportes. Também há dias em que são realizadas oficinas artísticas e de reciclagem; em outras ocasiões os adolescentes podem assistir a programas de televisão, filmes ou ouvir músicas.

Análise da proposta socioeducativa das entidades assistenciais públicas 1 e 2

Podemos considerar que a entidade assistencial pública está fundamentada numa perspectiva política de classe elitista: trata-se da elite política oferecendo um programa de atendimento para crianças e adolescentes pertencentes às classes populares. Do ponto de vista sociológico, essa elite política pode ser caracterizada por uma perspectiva filantrópico-clientelista, autoritária e benemerente, estando mais interessada em votos e em esvaziar a pressão social do que na implementação de políticas setoriais pautadas nos direitos de cidadania de crianças e adolescentes, que são tratados como “cidadãos pequenos” e “menores”, e não como “pequenos

cidadãos”. O ECA e a lógica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e como cidadãos ainda não constituem o pano de fundo do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente. A lei é citada aqui ou ali, mas não é seu espírito que informa os planos de trabalho, os investimentos financeiros, a mentalidade dos educadores nem as práticas institucionais cotidianas.

É isso que podemos verificar, por exemplo, em notícias jornalísticas sobre o problema, o que os pobres representam para o poder público municipal:

Menores

Quanto aos menores de idade, a Assistência Social mantém o programa municipal de atendimento, com unidades que recebem as crianças e adolescentes no período contrário ao de aula, evitando a ociosidade e mendicância. Uma das unidades, a IX, é abrigo, para meninos que já perderam o vínculo familiar e estão em risco social maior. Até junho será inaugurado um segundo abrigo, dessa vez para meninas (*Jornal da Manhã*, 9 maio 2010).

Zona sul ganha mais uma unidade

Será inaugurada hoje a unidade XII do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente na zona sul, no bairro Teotônio Vilela. A princípio serão ofertadas 130 vagas. Nos mesmos moldes das demais, o diferencial dessa casa é que o prédio foi construído já com esse objetivo, contribuindo para otimização do trabalho. A solenidade de inauguração será realizada às 20 horas na própria unidade, rua Sebastião Mazali, esquina com rua D, s/n. Autoridades municipais estarão presentes, incluindo o gestor municipal da Assistência Social, C. A. M., que responde pelo programa. O objetivo das unidades é ocuparem o tempo ocioso das crianças e adolescentes no período em que não estão na escola, com atividades esportivas e socioeducacionais, prazerosas, mas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, que venham a contribuir com a sociedade. Conforme

mencionou M., a zona sul contava até então apenas com a unidade III, na Via Expressa, distante de muitos bairros. Além disso, a oferta de vagas dessa casa era insuficiente para atender à população dessa região da cidade. A lista de espera de crianças e adolescentes dos bairros a serem contemplados pela nova casa tem 160 nomes. A unidade XII vai abrir 130 vagas, com previsão de extensão para 150 em três meses. “A equipe dessa casa é nova e precisa se adaptar primeiro às funções”, mencionou o secretário de Assistência Social. Cada unidade do programa é composta de coordenador, assistente social, psicólogo, merendeira, dois educadores sociais, dois professores de educação física, dois auxiliares de serviços gerais e dois vigias. Os da nova unidade foram admitidos por concurso público ou por contrato temporário até que saia o próximo concurso da Prefeitura. Os bairros contemplados serão o próprio Teotônio Vilela, onde a casa está instalada, a Vila Real, o Tofoli, o Parque dos Ipês e o Parque das Azaleias. A obra foi iniciada há aproximadamente um ano e meio e erguida em terreno da Prefeitura com projeto específico para atender ao desenvolvimento das atividades do programa municipal, diferente das demais casas, que se adaptaram a uma estrutura já existente. O custo da construção foi de R\$ 367.152,54 (Id., 7 maio 2010).

Essas matérias jornalísticas representam o pensamento filantrópico-clientelista, autoritário e benemerente que ainda permeia de modo hegemônico a política municipal de assistência social para a criança e o adolescente. Merecem destaque os temas específicos dessa perspectiva: a “ociosidade”, a “mendicância”, a “ocupação do tempo ocioso” e a “formação de cidadãos conscientes e responsáveis, que venham a contribuir com a sociedade”, despolitizando a produção social da pobreza na vida social (Demo, 2002, 2003).

Notamos que há muito de improvisação e de ausência de qualidade teórico-técnica nas ofertas institucionais. Às mazelas típicas da cultura organizacional do funcionalismo público se agregam os costumes nefastos e as práticas escolares mais rotineiras, indicando realmente uma colonização escolar da Assistência Social à criança e

ao adolescente. A instituição escolar já se constitui numa terrível farsa para os filhos das classes oprimidas, e as entidades assistenciais vêm plagiar ou mimetizar de modo sofrível e canhestro o que já é em si mesmo incipiente.

Podemos pensar que a metodologia de trabalho da entidade busca promover a prevenção e a aprendizagem de novos papéis e comportamentos sociais, voltadas a crianças e adolescentes pobres, com a finalidade de passar uma educação em valores morais individuais. Os usuários devem ser atendidos por profissionais da área de Pedagogia, de Psicologia e de Serviço Social por meio de um atendimento sistemático e personalizado, levando o jovem a refletir sobre suas atitudes pessoais diante da sua vida. Esses profissionais têm como função corrigir, educar, modificar o comportamento e a conduta dos usuários, com vistas à integração e à adaptação social.

A pedagogia subjacente ao plano de trabalho da entidade revela uma estratégia de socialização escolarizante de crianças e adolescentes pobres e de suas famílias. Trata-se de uma pedagogia interessada mais em aspectos comportamentais, nos problemas e desvios de conduta e na modelagem do caráter dos indivíduos, para formá-los enquanto “homens e mulheres de bem”, tornando-os cidadãos trabalhadores, ordeiros, pacíficos e cumpridores das regras sociais. Na entidade, parece que interessa mais o sentimento que o intelecto, o psicológico que o lógico e crítico, o “aprender fazendo” do que os conteúdos, a prática mais do que a teoria, o interesse e a espontaneidade mais do que o esforço. Isso nos remete ao ideário da Pedagogia Renovada, mais interessada no plano psicológico, afetivo e emocional do indivíduo do que na construção coletiva de saberes críticos e conscientizadores e de uma ação social transformadora. Trata-se de “educar o popular” com vistas a promover o consenso social.

Mas toda essa liberalidade pedagógica fundada num viés psicologizante também revela uma faceta disciplinar-correcional que pretende promover uma ortopedia social corretiva sobre as famílias das classes populares e sobre suas crianças e adolescentes. “Educar em valores” aí significa educar esses indivíduos a partir da

inculcação da pauta de valores hegemônicos na sociedade, e o fundamental é ensiná-los a “respeitar os direitos e deveres”, sobretudo a obedecer às regras sociais, se submeter a seus imperativos e respeitar a propriedade privada. “Respeitar os direitos” também inclui respeitar a propriedade privada e não roubar o que é dos outros. Mas onde está o que pertence aos membros das classes populares? Quem vai garantir seus direitos? “Educar em valores” e para o reconhecimento de “limites” não seria um disfarce da intenção filantrópica de educar os pobres para que não ingressem na criminalidade e se mantenham “dignos e honestos”, mesmo quando mergulhados na miséria? Quem sabe mais sobre o que são limitações do que os pobres, que as experimentam continuamente? Eles precisariam ser educados para a reivindicação e para a mobilização social, com o objetivo de superar as limitações que lhe são duramente infligidas pela atual (des)ordem social.

A dimensão psicológica ocupa um lugar importante no plano de trabalho da entidade. Pelo que pudemos observar, não se questiona a implicação ética do psicólogo quanto à psicologização da realidade existencial das camadas mais empobrecidas da população: há um constante deslizamento do plano da produção da vida material, marcada por relações antagônicas de exploração e exclusão que vigem entre o capital e o trabalho, portanto do plano sociopolítico, para o campo da interioridade psicológica dos indivíduos. (Benelli, 2009). Eles continuarão em sua pobreza, pois não está nas mãos do psicólogo modificar isso, mas pelo menos estarão mais calmos, mais integrados e seus relacionamentos serão mais gratificantes e realizadores!

Desse modo, não é difícil perceber que os recursos psicológicos teriam como função dissimular as reais contradições da vida social, escamoteando interesses mais amplos. A Psicologia pode dissolver conflitos de classe por meio de técnicas terapêuticas e pode assim economizar a colocação em xeque dos sistemas institucionais estabelecidos: é mais barato procurar tratar crianças problemáticas e emocionalmente desajustadas do que transformar as estruturas sociais geradoras desses indivíduos. Assim, a Psicopedagogia se

apresenta como uma construção de respostas psicológicas aos problemas decorrentes das exigências do sistema escolar, a Psicologia Organizacional e do trabalho visam ao equacionamento psicológico que o fator humano impõe para as exigências de produção das empresas, já a Psicologia Clínica tradicional promoveria a psicologização da pobreza.

Nessa perspectiva, qual seria a área de trabalho do psicólogo na entidade assistencial pública? Ele vai se ocupar da dimensão psicológica dos indivíduos que forem encaminhados pelos educadores para o atendimento. A nebulosa do campo psicológico inclui, entre outros elementos, os sentimentos, as emoções, o comportamento e a capacidade racional dos indivíduos. Os usuários da entidade assistencial pública são membros das camadas mais pobres da população. Com o baixo nível econômico vem a restrição do plano sociocultural e a prioridade da sobrevivência.

Quando as dimensões sociais, políticas e econômicas que são determinantes das condições existenciais pessoais escapam completamente a qualquer possibilidade de intervenção e transformação, resta ao profissional da Psicologia o trabalho de gerenciar e administrar o plano das relações interpessoais, trabalhando sobre o relacionamento humano, procurando melhorá-lo ou desenvolvê-lo, buscando superar seus bloqueios e traumas. Se transformar a realidade sociopolítica é inviável, porque o “social” (enquanto âmbito público, político e histórico, construído pelos cidadãos) foi completamente esvaziado e já não existe mais, resta a criação do psicológico como espaço pessoal (interioridade psicológica) e interpessoal (relacionamento grupal baseado em técnicas psicológicas).

Há certo discurso teórico-técnico bastante presente na formação dos profissionais da Psicologia: o tratamento e a prevenção focados num cuidado exclusivo com o plano relacional e emocional dos indivíduos, escamoteando o plano sociopolítico. Nessa perspectiva, o objeto da Psicologia supõe o psiquismo como sendo dotado de uma essência a-histórica e invariável, próprio de uma natureza humana dada desde sempre e portadora de um eu profundo. Então a Psicologia estaria funcionando como uma tática

para desmontar conflitos sociais e ainda, por acréscimo, produzindo uma nova sociabilidade relacional, prescrevendo a pauta de conduta adequada no âmbito das relações interpessoais para as diversas faixas etárias, independentemente da classe social a que pertençam os usuários.

A inserção de muitos profissionais de Psicologia nos serviços assistenciais públicos não supera a mera dimensão assistencial e adaptativa, propondo um ecletismo teórico-técnico na realização de ludoterapia, de sessões grupais, de aconselhamento e de oficinas. Essa “flexibilização” da clínica clássica nos serviços públicos e comunitários de Assistência Social e de Saúde mantém sua função de normalização e controle social, produzindo subjetividades submetidas. O mercado globalizado busca capturar as práticas psicológicas emergentes e intensificar sua dispersão, colocando-as a seu serviço enquanto tecnologias para transformar as pessoas, inclusive induzindo à formação dos profissionais do campo “psi” a um tecnicismo acrítico (Ferreira Neto, 2004). Entendemos que a implicação ética e política é muito importante na atuação dos profissionais da Psicologia, pois suas práticas são dispositivos de produção de subjetividade.

Ainda predomina, nas entidades que compõem o programa público de atendimento a crianças e adolescentes pobres, uma lógica menorista,¹ repressiva e patologizante. O programa está construído a partir de coordenadas sociológicas reacionárias, de perspectivas pedagógicas renovadas moralizantes e de práticas psicológicas tradicionais e patologizantes. Ele se apresenta de modo

1. A lógica menorista pode ser entendida como um conjunto de saberes e fazeres determinado por uma teoria filantrópica que distingue entre “crianças e adolescentes” e “menores delinquentes”. Essa perspectiva se plasmou no Código de Menores (Brasil, 1984) e criou a doutrina da “situação irregular”, criminalizando a pobreza. O aparato político-jurídico institucionalizou uma série de equipamentos sociais com finalidades repressivas, punitivas e correccionais para enquadrar os “menores”. Apesar da promulgação do ECA em 1990, ainda notamos a persistência incisiva da lógica menorista nos discursos e práticas institucionais de atendimento à criança e ao adolescente.

profundamente despolitizado e despolitizante, alienado e alienante, promovendo a regulação social por meio do gerenciamento socioeducativo dos membros das classes populares.

Observando e analisando o funcionamento da entidade assistencial privada 1

Tradicionalmente, a entidade começa seu funcionamento com uma semana de atividades de formação e de planejamento anual. Participamos da semana de planejamento e de formação da equipe de educadores, que ocorreu de 25 a 29 de janeiro de 2010 na entidade; período de cinco dias, nos quais passamos oito horas por dia na entidade, acompanhando os trabalhos. Isso não estava previsto no nosso planejamento, mas quisemos aproveitar a oportunidade, convencidos de que seria muito rico para o trabalho. Todos os dias de manhã, as diversas salas da entidade eram abertas, e depois de um café no refeitório, aconteciam as reuniões de trabalho da equipe de educadores. Os trabalhos iam até as 10h30, quando havia uma pausa para o café, depois prosseguia até o almoço, que era servido na própria entidade para todos os funcionários. A comida era boa e o almoço transcorria num clima agradável no refeitório da entidade. Nessa primeira semana, não havia ainda atendimento às crianças e aos adolescentes. Depois do almoço, os trabalhos eram reiniciados às 13h30 e encerrados às 17h.

O grupo presente na reunião era composto por três membros da diretoria da entidade, onze funcionários do projeto que atende crianças e adolescentes, sete funcionários que atendem adolescentes no projeto de Liberdade Assistida e ainda estavam presentes três voluntários, totalizando 24 pessoas. Ressaltamos que dentre os onze funcionários, havia uma cozinheira, um auxiliar de cozinha e um auxiliar de serviços gerais, pois todos os funcionários da entidade são considerados educadores. Esses três trabalhadores têm baixo nível de escolaridade, o que dificulta que possam aproveitar integralmente esse tempo dedicado à formação e ao planejamento,

mas justamente por isso é louvável que participem desse tipo de atividade e possam ir se aprimorando aos poucos. Esse grupo participou integralmente dos dois primeiros dias de trabalhos. Depois, os sete funcionários que atendem adolescentes no projeto foram trabalhar em sua programação específica, de quarta a sexta-feira, durante a semana de planejamento.

A programação desses dias de formação foi a seguinte: segunda-feira – “Espiritualidade, missão e educação da congregação religiosa”; terça-feira – “Educação para a solidariedade e justiça: formação”; quarta-feira – “Plano de trabalho: objetivos, atividades, orçamento e avaliação”; quinta e sexta-feira – “Programação de atividades”.

O diretor executivo da entidade havia organizado a semana de planejamento e de formação e acolheu a todos no novo ano de trabalho que se iniciava. Todos os presentes foram reunidos numa sala espaçosa, na qual as mesas haviam sido organizadas em círculo. O diretor coordenou as atividades, procurando animar e motivar os profissionais para o trabalho. Ele utilizou uma dinâmica participativa, dialogante e bastante democrática, procurando proporcionar um clima de trabalho agradável.

Essa entidade assistencial privada é mantida por uma congregação religiosa católica, constituída por padres e por “irmãos”, que são religiosos consagrados. Dois padres e um irmão, membros da diretoria, participam dos trabalhos da entidade mais de perto, acompanhando a dimensão financeira e a pedagógica. Na segunda-feira, dia de estudar a “Espiritualidade, missão e educação da congregação religiosa”, o diretor distribuiu uma apostila contendo três páginas de texto sobre o assunto e apresentou o tema com uso do projetor multimídia.

Como pudemos observar, o texto apresentava, de modo telegráfico, alguns dados biográficos sobre o fundador da congregação religiosa e algumas datas importantes daquele grupo de religiosos católicos, que são dedicados à educação da juventude, possuindo colégios em diversos países. A espiritualidade da congregação religiosa e seus traços principais foram apresentados, bem como a

missão do grupo religioso, especificando que “a educação é um meio privilegiado para realizar a missão da congregação religiosa”. Ainda, o texto versava que

A educação da congregação religiosa tem as seguintes características: “a educação se fundamenta e deriva da fé, oferece um sentido de vida, estabelece um diálogo entre fé e cultura, educa de forma integral; respeita a personalidade do educando; cultiva a interioridade e estimula o auto-conhecimento; interessa-se pela tecnologia e a ecologia; cria e cultiva um clima educativo, o espírito de família, o respeito nas relações; educa para a solidariedade e a justiça; dá atenção preferencial aos pobres e excluídos; adapta-se a mudanças. ‘Em tempos novos, métodos novos’ (fundador da congregação religiosa); aceita e respeita as diferenças; cultiva um pensamento crítico e a busca da verdade.”

Do ponto de vista da AI, entendemos que haveria uma encomenda estatal para a entidade, no sentido de que ela realizasse um trabalho de domesticação, alienação, manutenção da dominação, controle e gerenciamento das crianças e dos adolescentes empobrecidos e privados dos seus direitos; sendo considerados, por tudo isso, como estando em situação de “risco pessoal e social”, num processo de escamoteamento da produção social do empobrecimento das classes populares. Por outro lado, provavelmente, a demanda emergente das classes populares serviria para a entidade empreender um trabalho na direção da proteção integral e da luta em defesa dos direitos e da emancipação social dos seus usuários e de suas famílias, para construir a cidadania e uma democracia popular. A que interesses serve, de modo predominante, essa entidade assistencial?

Toda práxis implica simultaneamente numa teoria que a fundamenta. Os dirigentes da entidade propõem a pedagogia da congregação religiosa como estratégia teórico-técnica para fundamentar a ação institucional da entidade. Mas podemos considerar que essa entidade é atravessada por diversos vetores: como *entidade*

religiosa, o estabelecimento conecta-se com um organismo assistencial internacional, com a diocese e com a congregação religiosa; como *entidade assistencial*, está incluída na rede socioassistencial da proteção básica da PNAS e do SUAS, atende a adolescentes no projeto de Liberdade Assistida, está conectada com a proteção especial de média complexidade pelo CREAS assim como pelo SINASE, e por tudo isso está ligada também à SMAS; como *entidade educacional*, está alinhada à LDBEN e à Secretaria Municipal da Educação (da qual recebe quatro professores do Ensino Fundamental); com relação ao *atendimento à criança e ao adolescente*, está relacionada com o CMDCA, com o CMAS, com o CT, com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, com o ECA. Essas diferentes dimensões compõem o campo no qual se situa a entidade e são também variáveis determinantes que condicionam seu funcionamento e produção.

Podemos considerar a Pedagogia como uma construção e uma invenção social, histórica e científica para lidar com relações sociais que envolvem poder, dominação, controle e produção de sujeitos sociais. Ela pode ser pensada como uma ideologia, uma cortina de fumaça para escamotear os problemas colocados pela existência de classes sociais em conflito. Mas também pode ser pensada como uma estratégia de poder-saber produtiva de diversos sujeitos sociais: o aluno ideal, branco, de classe média, inteligente, promissor, exitoso na carreira escolar; o aluno problemático, negro, pardo, mulato, pobre, pouco inteligente, que não aprende, fracassado na carreira escolar; o evadido da escola, o delinquente, o marginal. Assim, podemos considerar a escola como um estabelecimento que produz sujeitos sociais. Provavelmente, um processo de “escolarização” da entidade assistencial vai promover os mesmos efeitos negativos do estabelecimento escolar, reproduzindo com crianças e adolescentes os mesmos procedimentos que a escola adota com os membros das classes oprimidas.

O eixo predominante na entidade assistencial parece ser a prática pedagógica escolar. Podemos então nos perguntar: qual seria a orientação política da proposta pedagógica em pauta? Sabemos que

há diversos paradigmas pedagógicos: o tradicional, autoritário – reacionário, o renovado psicologizante – conservador; e o dialético-crítico (incluindo a pedagogia libertadora e a pedagogia popular freireana) – transformador.

Do ponto de vista sócio-histórico concreto, o capitalismo determina e condiciona, em certa medida, os saberes e as práticas pedagógicas das entidades assistenciais no contexto das políticas públicas. Ora, os religiosos mantenedores da entidade procuram evitar o proselitismo confessional (que é incompatível com a atual PNAS), evitando a doutrinação religiosa e buscando respeitar as diversas crenças religiosas, mas pretendem fundamentar a ação educativa na entidade assistencial a partir de uma perspectiva espiritual: o “espírito da congregação religiosa”. Mas quanto e de que forma essa proposta espiritual é capaz de incidir nas determinações e condicionamentos concretos que incidem na entidade e na sua produção social?

Em 26 de janeiro de 2010, na parte da manhã, a entidade recebeu a visita de um psicólogo, de religião evangélica, que criou uma ONG dedicada a promover a integração social por meio do trabalho psicológico voluntário e gratuito com a população de uma favela da cidade. O diretor apresentou-o a todos e promoveu uma exposição dialogada com os participantes. O psicólogo apresentou oralmente uma descrição do processo de criação da ONG, e alguns fizeram perguntas e comentaram o que era relatado.

De acordo com o relato, a ONG já existia há sete anos, e seu objetivo inicial era levar a terapia para homossexuais e prostitutas; esse trabalho havia durado dois anos e meio. A reflexão diante das dificuldades e frustrações no trabalho levava o grupo a um impasse diante de algumas alternativas: assumir um trabalho de “enxugar gelo”, dedicar-se a “curar feridas” ou engajar-se numa ação pela transformação política e legal das condições de vida das prostitutas. Da crise, saiu um encaminhamento: criar uma ONG para realizar um trabalho preventivo, numa abordagem clínica, com a população da favela. A ONG não dispõe de recursos financeiros, trabalha apenas com voluntários, sobretudo com estagiários do curso

de Psicologia, e utiliza um barraco alugado na própria favela para realizar suas atividades, buscando oferecer tratamento terapêutico para mulheres e crianças. Esse estabelecimento institucional busca oferecer atendimento individual e grupal, além de realizar uma produção acadêmica, procurando escrever e divulgar o trabalho. Foi preciso fazer uma série de adaptações da técnica de atendimento psicológico para se adequar a esse ambiente e realidade precária. Contando apenas com voluntários, o trabalho da ONG apresenta grandes limitações. Assim como a cultura da favela precisa de mudanças, os profissionais que atuam com essa população de risco também precisam modificar sua visão e abordagem.

Descrevendo um pouco a cultura da favela, ele disse que lá existem as pessoas que não trabalham, as que trabalham e as que vivem do tráfico. As pessoas da favela não são apenas vítimas, elas também fazem escolhas. As lideranças comunitárias são três mulheres que sustentam a família, sendo sua coluna financeira e emocional. Comentou que a religião evangélica tende a alienar um pouco a população, focando apenas a dimensão espiritual. A polícia está sempre presente na favela, as relações são difíceis.

O diretor da entidade contou a todos que, no final do ano passado, esteve visitando a ONG e ficara entusiasmado com o trabalho realizado. O objetivo da presença do psicólogo era estabelecer algum tipo de parceria entre a entidade e a ONG, visando, sobretudo, realizar um trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes atendidos, já que uma das dificuldades da entidade era envolver as famílias no trabalho pedagógico realizado com seus filhos; as famílias são convidadas, mas dificilmente aparecem para participar das reuniões. A equipe de educadores também não teria tempo para atender as crianças e os adolescentes e ainda para visitar as famílias dos usuários. Um dos padres da diretoria da entidade estava incumbido dessa tarefa, no momento. A proposta do diretor da entidade era que a ONG desenvolvesse um trabalho na região da cidade de onde provém a clientela que frequenta a entidade, e isso seria estudado, buscando os encaminhamentos necessários.

Outro padre da diretoria da entidade comentou que a entidade possui consistência, condições e forças para acionar mecanismos institucionais públicos, visando contemplar e atender as necessidades da população local. Para tanto, seria necessário promover intervenções no campo político por meio das instâncias de controle social e de promoção de políticas públicas, como os conselhos municipais.

Depois dessa visita, fomos informados de que a coordenadora pedagógica da entidade (professora da rede municipal de educação cedida pela prefeitura) é a encarregada de receber as famílias, cadastrar os pedidos de matrícula e orientar as famílias com relação ao comportamento de seus filhos no cotidiano do funcionamento da entidade. Considerando que a coordenadora é formada em Pedagogia e tem uma longa experiência docente na rede escolar de ensino municipal, ficamos nos perguntando se ela não estaria demasiadamente formatada pelas práticas escolares com relação ao atendimento à família. Será que a entidade tratava a família do mesmo modo que a escola? Se realmente há uma “escolarização” das entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes, isso seria muito provável. Daí que a família reage de forma semelhante à entidade, do mesmo modo que o faz com a escola: permanecendo distante de um lugar no qual, apesar de tudo o que se diz, ela realmente não é bem-vinda, acolhida, escutada. A família não consegue se apropriar participativamente do estabelecimento escolar e, provavelmente, tampouco da entidade frequentada por seus filhos. Como seria realmente a acolhida e a porta de entrada da família na entidade?

Na parte da tarde desse dia (26/01/2010), retomando os trabalhos, o diretor destacou a importância das atividades de formação e de capacitação para o bom andamento do projeto. Disse que era preciso organizar as atividades de formação, incluindo palestras, participação em eventos (promovidos pela congregação religiosa e pela universidade local), além da visita a outras entidades e projetos. Ele começou a conversa e pediu a participação dos profissionais, solicitando que dessem sugestões para o planejamento da

dimensão de formação da equipe de profissionais, que seria colocada em prática ao longo do ano corrente. Os participantes ficaram quietos por algum tempo. A assistente social sugeriu que seria bom estudar Paulo Freire e a educação popular. O diretor comentou que seria bom aprofundar o tema das políticas públicas: a LOAS, a PNAS, o SUAS e o ECA, lembrando que em anos anteriores já tinham sido realizadas palestras sobre esses temas, em manhãs dedicadas à formação continuada da equipe de educadores. Como os demais trabalhadores ficaram em silêncio, o diretor sugeriu ainda estudar mais a pedagogia da congregação religiosa e aprofundar a compreensão de suas características, acrescentando depois que também seria possível utilizar textos do jornal *Mundo Jovem*, que abordava temáticas diversas. A assistente social sugeriu também reuniões de estudo e de formação com os estagiários de Serviço Social que atuavam no projeto Liberdade Assistida.

O diretor propôs aos presentes que participassem da construção da proposta pedagógica da congregação religiosa abrindo o diálogo de modo democrático e participativo. Procurou motivar os funcionários para a importância da leitura e do estudo pessoal, visando à apropriação do conhecimento e descobrindo também o prazer de conhecer, ressaltando o fato de que quem não tem prazer com leitura dificilmente pode transmitir isso para as crianças.

Comentando sobre a biblioteca existente na entidade, propôs que se otimizasse seu uso enquanto espaço educativo. Elencou as parcerias que a entidade estava construindo: com a ONG psicossocial (uma parceria da solidariedade); com outro projeto da congregação religiosa (a missão comum da congregação religiosa); com as universidades locais Unimar, FFC, Unesp (por meio de professores, projetos de extensão universitária e estágios) e com as escolas frequentadas pelas crianças e adolescentes que vinham à entidade no período inverso. Comentou que a parceria com as escolas era difícil, pois quando elas percebiam que a entidade não ia resolver nenhum de seus problemas, não se interessavam mais pela parceria. Disse, por outro lado, que a entidade também não sabia bem como estabelecer essa parceria com a escola.

Para 2010, a entidade também pretendia criar uma horta para plantar verduras, legumes e ervas medicinais. Havia também um projeto para reformar e tornar utilizável o campo de futebol gramado, que estava abandonado e sem condições de uso. Explicitou que já fazia tempo que a entidade vinha empreendendo esforços com a prefeitura municipal para isso, mas quando o Secretário de Agricultura ia visitar a entidade, inspecionava a área do campo gramado, fazia promessas, depois ia embora e não acontecia nada. Mesmo assim, continuaria insistindo.

O diretor considerou ainda a necessidade de elaborar o calendário anual e as atividades, organizando o funcionamento da entidade. Como havia vários funcionários cedidos pela prefeitura (quatro professores e uma assistente social que atuava no projeto Liberdade Assistida), era preciso adequar o calendário da prefeitura municipal e o da entidade. Notamos que os funcionários, em sua maioria, permaneciam calados e assistiam passivamente às sessões de trabalho. Parecia que não tinham muito para contribuir com as discussões e com a tentativa de construção coletiva do projeto pedagógico da entidade. Seria necessário conhecer o tipo de qualificação e a formação universitária dos funcionários, pois, naturalmente, ninguém pode dar o que não recebeu, em termos teórico-técnicos e políticos.

Também seria preciso verificar as condições de trabalho dos funcionários: tipo de contrato, horas de trabalho dedicadas ao projeto da entidade, a questão salarial e as relações entre o grupo dos funcionários-educadores e deste com a equipe dirigente. Seria preciso conhecer o organograma funcional da entidade e suas dimensões não oficiais, pois nem sempre a autoridade oficial é a que exerce o comando de modo concreto.

Na manhã de 27 de janeiro de 2010, a equipe do projeto Liberdade Assistida, composta por sete funcionários, foi trabalhar em separado, encarregada de elaborar sua programação específica. Os educadores dedicados ao atendimento de crianças e adolescentes, no total de dez pessoas, permaneceram na sala de trabalhos e, inicialmente, assistiram a duas exibições com o projetor multimídia:

assistiram a um filme relativo à participação de um voluntário da entidade, que participa em movimentos eclesiais da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Terra, Grito dos Excluídos), depois, a um documentário intitulado *Educação integral e comunitária – o direito de aprender*, produzido pela Associação Cidade Escola Aprendiz e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O diretor comentou que esses dois filmes explicitavam algumas relações que a entidade tinha com os movimentos eclesiais, sobretudo por meio da Caritas Brasileira, com a escola e com a comunidade da qual provinham as crianças que frequentavam a entidade. A ideia era construir e fortalecer essa integração com a escola, com o bairro e com a comunidade.

Tivemos a impressão de que esses dois filmes ficaram soltos ou talvez meio fora de lugar. Apesar de não tomar muito tempo da manhã de trabalho, os educadores presentes não se manifestaram com relação aos filmes. Não houve uma discussão, diálogo ou problematização do que foi visto, procurando relacioná-los com o trabalho realizado pela entidade. Talvez não fosse a intenção, mas aparentemente esses filmes apenas preencheram uma parte do tempo.

Quadro 1 – Avaliação das atividades socioeducativas em 2009

<i>Conceito</i>	<i>Convivência</i>	<i>Conhecimento</i>	<i>Habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas</i>	<i>Visão de si mesmo</i>
Ruim	8%	9%	3%	3%
Regular	47%	37%	39%	28%
Bom	41%	39%	46%	61%
Ótimo	4%	15%	12%	8%

Em seguida, o tema de trabalho foi a apresentação e análise dos dados relativos à avaliação das atividades realizadas pela entidade em 2009, feita com os educandos que a frequentam. Setenta e cinco crianças e adolescentes teriam avaliado os quesitos: “convivência”,

“conhecimento”, “habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas”, “a visão de si mesmo” e “frequência”, como se pode ver no quadro 1.

Os resultados foram transformados em gráficos estatísticos, apresentados por meio do projetor multimídia, sendo que predominaram os conceitos “regular” e “bom”. Observamos que se tratava de uma avaliação interna, sem maiores pretensões, senão reafirmar o acerto da entidade e o bom desempenho dos educadores. Nenhuma observação crítica foi feita, nem os educadores avaliaram seu próprio empenho e efetividade no trabalho desenvolvido. A apresentação da avaliação parecia mais o cumprimento de uma formalidade burocrática e dar certa satisfação para a congregação religiosa mantenedora. Na prática, a avaliação não apresentou nenhum indicador nem foi tomada como questão no planejamento anual. Notamos que a avaliação não dizia respeito ao desempenho dos educadores e dos demais profissionais que atuam na entidade.

Soubemos que a entidade dispõe de vagas para cem crianças e adolescentes, sendo cinquenta vagas para o período matutino e cinquenta vagas para o período vespertino. No final do segundo semestre de 2009, mais ou menos 75 usuários frequentavam a entidade, 35 no período matutino e 40 no vespertino. A matrícula, a participação e a frequência das crianças e dos adolescentes na entidade são livres e voluntárias, embora se deseje que a frequência dos usuários seja o mais contínua possível. É provável mesmo que haja também certa rotatividade de usuários. Pensamos que é preciso saber se e como a presença/ausência das crianças e adolescentes é monitorada e quais os procedimentos tomados em caso de faltas repetidas. Também é possível supor que a qualidade da acolhida, do tratamento dispensado, das relações entre educadores e educandos e da oferta pedagógica sejam variáveis importantes que promovem uma maior adesão ou não ao programa desenvolvido pela entidade.

Com relação à monitoração da presença das crianças, fomos informados de que os educadores levam uma espécie de “diário de

classe”, um caderno no qual anotam o dia da semana, mês e ano, fazem uma lista com o primeiro nome de todas as crianças presentes naquele dia e período (matutino ou vespertino), indicam o total de crianças presentes e o nome dos educadores responsáveis pelas atividades e depois descrevem sucintamente as atividades desenvolvidas. Por exemplo: “Roda de conversa – dança do gigante e informações. Atividades: gincana, corrida, cone no cone, sorvete (bola no cone), equilibrar a bola no cone, estourar a bexiga após a corrida, bola na barriga”. Ocorrências diversas também são anotadas: acidentes com as crianças durante as atividades, brigas, xingamentos, mau comportamento das crianças etc., bilhetes de mães comunicando ou explicando ausência de crianças e atestados médicos também são colados nas páginas dos cadernos. O que os educadores fazem quando constatam faltas reiteradas das crianças? Há uma preocupação com a assiduidade delas?

Também tivemos a exposição de um projeto de trabalho com a biblioteca, proposto por uma voluntária que estava atuando na entidade. Vamos apresentá-lo a seguir:

Biblioteca

“Sendo o amor fundamento do diálogo é também diálogo” (Paulo Freire)

A sala de biblioteca é percebida, muitas vezes, por crianças e adolescentes como o lugar destinado a guardar livros. Lugar, esse, onde os adultos são os detentores da forma de uso do ambiente, com um poder que passa desde a organização do espaço e dos títulos que devem servir de interesse à criança, até a caracterização de um clima introspectivo e silencioso criado para o estímulo do estudo e da leitura. A partir do momento em que passamos a entender o ato de construção e apropriação da leitura como um amplo processo, onde a “leitura do mundo” é tão ou mais importante para a formação do leitor do que a imposição à leitura de livros, despertamos o fluxo sensível às formas literárias. Para que

uma biblioteca desperte na criança o amor pela leitura é preciso que os livros estejam ao seu alcance, que exista nela amparo e orientação quanto à pesquisa de títulos e assuntos que venham de encontro aos seus interesses, que o espaço estimule a compreensão artística, mas, principalmente, que o espaço seja percebido como um local lúdico – um espaço vivo, ativo e que explore a fantasia. Aos adolescentes é importante que a biblioteca seja compreendida como espaço para a ampliação e troca de experiências, onde encontrem atividades realizadas em grupo que proponham o debate de ideias, criando, assim, um veio para o interesse pela pesquisa e experiência literária. Dessa maneira, é fácil para a criança e o adolescente entenderem que também nesse espaço de convivência são necessárias regras para o uso harmônico de todo o grupo.

Propostas para a reorganização do espaço da Biblioteca:

- Organizar e catalogar o acervo da biblioteca. Criar estantes para a literatura infantil, para a literatura juvenil e adulta, para suporte de pesquisas, etc.
- Criar um canto para leitura. Esse espaço pode ser pequeno, mas deve ser acolhedor, principalmente às crianças. Pode ser feito um acolchoado para colocar no chão com algumas almofadas em cima.
- Criar uma roda de histórias. Esse trabalho pode ser feito por todos os profissionais do Projeto, onde cada dia um profissional pode ler-contar um dos livros ou contos (tirados do acervo da biblioteca ou trazidos de casa) para um grupo de alunos. Com esse trabalho a biblioteca estaria constantemente em atividade e seria percebido, pelos alunos, o envolvimento e a participação de todos nas atividades. (indicado que o trabalho seja feito no final das atividades)
- Estimular a produção artística, deixar em cima das mesas da biblioteca material para a produção de desenho e textos (estojos e papéis) assim como alguns gibis ou revistas.
- Criar um mural dentro ou na entrada da biblioteca para que os alunos e educadores possam expor pequenos textos e desenhos.
- Criar mesas de debates de assuntos atuais ou reflexivos junto aos adolescentes do Projeto. Com os debates realizados dentro da bi-

biblioteca o ambiente se torna mais instigante e desafiador ao entendimento dos adolescentes. Esse trabalho pode ser realizado de diversas maneiras e com debates propostos por diferentes educadores.

- Tornar o espaço lúdico e acolhedor. Para tanto, pode ser criada uma brinquedoteca, com brinquedos artesanais e educativos, que funcione dentro da biblioteca. O horário de funcionamento da brinquedoteca pode ser estipulado dentro do roteiro de atividades da biblioteca e do Projeto para que não atrapalhe as outras atividades. O importante é que a criança brinque dentro desse espaço para que, com a convivência entre os títulos dos livros, seja despertada a curiosidade para a leitura. Possibilidades de brinquedos: caixa-baú pedagógico com fantoches, dedoches, jogos, peças de vestuário para fantasia, família de bonecos (família negra, família branca), brinquedos de montar e quebra-cabeça, etc.; lousa com giz para brincadeira de escolinha; uma casinha de bonecas.

- Montar um projeto para arrumar parcerias para aumentar o acervo infanto-juvenil da biblioteca.

- Estimular o uso consciente e respeitoso dos materiais encontrados na biblioteca. Criar regras para o uso e arrumação dos materiais, as crianças e adolescentes devem ser incluídos nesse trabalho.

A apresentação agradou aos presentes, que entenderam que a proposta enriqueceria o trabalho educativo realizado com as crianças na entidade. Futuras discussões deveriam ser realizadas para amadurecer e buscar colocar em prática o projeto.

Na parte da tarde do dia 27, continuando com o processo de construção coletiva e participativa dos objetivos e da programação da entidade, o diretor apresentou aos educadores uma folha impressa com os “quatro pilares da educação da UNESCO” – 1. Aprender a ser; 2. Aprender a conviver; 3. Aprender a conhecer; 4. Aprender a fazer – e o seguinte texto: “A aquisição de conhecimentos atravessa a vida das crianças, adolescentes e jovens e os afeta em diferentes graus de intensidade, produzindo mudanças no

modo de pensar, ver e viver, gerando sensações de diferentes tonalidades. Em todas as aprendizagens, a vida pulsa, resultando num convite à transformação e à formação.”

Em seguida, solicitou que os educadores relacionassem esses quatro pilares com as características da educação da congregação religiosa. Foi distribuída uma folha com um quadro, que tinha uma coluna à direita, relativa às características da educação da congregação religiosa, que foi preenchida em pequenos grupos e depois escrita na lousa numa sessão de plenário, tal como a seguir:

Quadro 2 – Relação dos quatro pilares da UNESCO com as características educacionais da congregação religiosa

<i>Quatro pilares – UNESCO</i>	<i>Características da educação da congregação religiosa</i>
Aprender a ser Valores Dimensão atitudinal	Sentido da vida, educação integral, respeito à personalidade, consciência social, interioridade, autoconhecimento, diálogo: ouvir e falar, respeito às diferenças, solidariedade, cooperação
Aprender a conviver Atitudes Dimensão atitudinal	Diálogo fê/cultura/ autoridade, respeito à personalidade do educando, clima educativo, respeito nas relações interpessoais, respeito aos valores éticos e espirituais, cooperação nas vivências e atividades, ecologia: ser parte do meio ambiente, preferência pelos pobres, respeito às diferenças, solidariedade, justiça, participação política, direitos e deveres
Aprender a conhecer Fatos, conceitos e princípios Dimensão conceitual	Tecnologia e ecologia, pensamento crítico e busca da verdade, prazer em conhecer, despertar a curiosidade, respeito às diferenças, despertar para o saber: conhecimento teórico-prático
Aprender a fazer Procedimento Dimensão procedimental	Tempos novos, métodos novos, abertura às mudanças, cuidado/ autoestima (prática), conhecer e fazer de forma prática, de forma crítica

O diretor não desenvolveu maiores explicações nem aprofundou a questão dos quatro pilares da educação² propostos pela

2. Sobre os quatro pilares da educação, é possível encontrar maiores informações no portal: <http://4pilares.net/>. Os quatro pilares foram definidos inicialmente no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação no Século

UNESCO; apenas repetiu chavões, talvez por já ter trabalhado o tema anteriormente com os educadores. Pareceu claro que ele adotou esses pilares como expressão da perspectiva pedagógica que busca empreender na entidade em função de alguma equivalência entre as características da educação da congregação religiosa e a proposta educacional da UNESCO.

Diante do quadro proposto pelo diretor para ser preenchido pelos educadores, ficamos nos perguntando: como as crianças aprendem? Como se ensinam valores (ser), atitudes (conviver), fatos-conceitos-princípios (conhecer) e procedimentos (fazer)? Qual é o embasamento pedagógico, psicológico, sociológico, teórico-técnico e político dessa proposta? Não observamos nenhuma preocupação com essas questões nos educadores presentes.

Segundo o diretor, o desafio dessa apresentação era, depois de analisar os resultados da avaliação final, estudar a perspectiva pedagógica da congregação religiosa, pensar na proposta pedagógica que seria oferecida, discutida/apresentada para as crianças, de forma participativa. Era preciso fazer a programação para 2010, pensando nos objetivos, nos conteúdos, nas ações/atividade/estratégias, nos recursos/custos, na avaliação/indicadores. “A oferta da congregação religiosa era baseada na educação não formal, o objetivo era ajudar a pessoa a ser gente”, disse o diretor. O desafio, então, era integrar os objetivos e a prática.

XXI para a UNESCO, do qual formam o núcleo principal. O relatório, elaborado por uma comissão de quinze membros, sob a coordenação de Jacques Delors, foi publicado na forma de livro, *Learning: The Treasure Within*, em 1996. Foi traduzido para o português por José Carlos Eufrázio, recebendo, no Brasil, o título *Educação: um tesouro a descobrir* (1999). Nesse livro, a discussão dos quatro pilares ocupa todo o quarto capítulo (Ibid., p.89-102). De acordo com esse autor, a noção de educação como desenvolvimento humano define o objetivo maior da educação como a construção, pelas pessoas, de competências e habilidades que lhes permitam alcançar seu desenvolvimento pleno e integral. Os quatro pilares servem, em seu conjunto, como princípio organizador de um processo de construção de competências e habilidades. Uma análise crítica do relatório de Delors pode ser encontrada em Duarte (2001, p.69-82).

A coordenadora pedagógica comentou que as crianças matriculadas para 2010 eram, em sua maioria, as mesmas que frequentaram a entidade no ano anterior. Então era preciso tomar cuidado para não repetir os mesmos conteúdos do ano anterior. O diretor procurou orientar os trabalhos, sugeriu ideias, explicitou os objetivos, ofereceu exemplos e sugestões de conteúdo, de ações e de atividades, buscando focalizar os conteúdos nas atividades concretas.

No dia 28, na sessão matinal de trabalhos, o diretor ofereceu ao grupo dos educadores uma folha impressa intitulada Programação 2010, contendo colunas sobre objetivos, conteúdo, ações/atividades/estratégias, recursos/custos e avaliação/indicadores a serem preenchidas.

A seguir, orientou os educadores, dizendo que deviam reunir-se por subprojetos: 1. Amigos do saber; 2. Circo; 3. Esporte; 4. Contação de estórias, procurando preencher a folha com o planejamento anual. A coordenadora pedagógica orientou os educadores para o fato de que um excesso de atividades poderia dificultar a realização dos objetivos e que era preciso levar em conta o tempo curto para o desenvolvimento das atividades, a possibilidade de imprevistos e de outras atividades que ainda seriam introduzidas ao longo do processo. Os eventos do ano, tais como a Campanha da Fraternidade, a Copa do Mundo e as eleições teriam que ser considerados. Haveria que incluir na programação o tempo dedicado ao apoio escolar, ao reforço, à realização das tarefas escolares e à informática (à qual se dedicava uma hora por semana). O mês de fevereiro seria dedicado a um trabalho introdutório de recepção, acolhida e visava à adaptação dos usuários à dinâmica de funcionamento da entidade. Nessa etapa inicial, buscava-se ter um conhecimento das crianças e promover sua readaptação à rotina do projeto. Cada um dos objetivos: “aprender a ser”, “aprender a conviver”, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer” seriam desenvolvidos durante um bimestre, mas era claro que todos eles estavam inter-relacionados e não era possível isolá-los na prática de modo radical.

Perguntamos sobre como os educadores trabalhavam com as crianças, e eles nos informaram que o conjunto de crianças e

adolescentes matriculados era dividido por grupos etários: Grupo 1A: crianças de 6 a 7 anos; Grupo 1B: crianças de 8 a 9 anos; Grupo 1C: crianças de 12 anos; Grupo 2: crianças e adolescentes de 12 a 17 anos. Cada grupo era coordenado e conduzido por um educador, que dispunha de apenas uma hora e meia, aproximadamente, durante a semana, para desenvolver atividades específicas com cada um dos grupos, que ficava alternadamente com um educador diferente a cada dia da semana.

Ficamos muito surpresos com o pouco tempo que o educador tinha para trabalhar efetivamente com as crianças na sua área de especialidade, pois o tempo precisava ser dividido entre várias atividades: a hora do café da manhã, a “roda de conversa”, que durava aproximadamente trinta minutos, a atividade em grupo com o educador, depois havia o tempo livre, o banho, o almoço e a saída para a escola. Essas atividades eram realizadas com dois grupos diferentes de crianças e adolescentes que frequentavam a escola no período inverso, nos turnos matutino e vespertino. Como cada objetivo seria desenvolvido durante um bimestre, calculamos que cada educador teria mais ou menos entre dez e doze horas para se dedicar ao tema em sua atividade específica, já que se encontrava com cada grupo apenas uma vez por semana.

Conversando com os funcionários verificamos que vários dos educadores trabalhavam poucas horas na entidade: três dos educadores cedidos pelo poder público vinham à entidade apenas em um período do dia (de manhã ou de tarde) e trabalhavam 4 horas diárias. A coordenadora pedagógica estava presente na entidade nos dois períodos, pois a Secretaria Municipal da Educação permitia que ela fizesse uma “dobra”, evidentemente recebendo remuneração duplicada. O professor de Educação Física e a arte-educadora eram contratados pela entidade pelo regime de CLT; ele trabalhava apenas 20 horas por semana, permanecendo na entidade por duas horas no período da manhã e por duas horas no período da tarde; ela trabalhava 30 horas por semana, ficando na entidade por três horas no período da manhã e três horas no período da tarde. Portanto, os educadores eram contratados pela entidade em regime

parcial, o que também condicionava e limitava a sua dedicação ao trabalho. O diretor executivo e a assistente social que cuidava da parte administrativa e financeira da entidade trabalhavam respectivamente 30 e 40 horas semanais, já a cozinheira, sua auxiliar e o auxiliar de serviços gerais tinham jornada semanal de 40 horas. Não desconhecemos o fato de que há uma relação entre o número de horas dedicadas ao trabalho educativo que cada profissional realiza na entidade, a questão salarial e a qualidade do desempenho dessa ação educativa. As pessoas normalmente não se mobilizam apenas por motivos altruístas e sem uma remuneração mais adequada, é difícil exigir muito delas. Como a entidade tem recursos financeiros limitados, ela não pode contratar profissionais com maior qualificação. Isso tudo produz consequências na oferta socioeducativa institucional.

Os educadores dividiram-se em dois grupos: esporte e circo (dois educadores), amigos do saber (três educadores) para elaborar o planejamento de conteúdos, atividades/ações, avaliação. A assistente social foi para o escritório ocupar-se de questões administrativas e financeiras da entidade, a coordenadora pedagógica, para sua sala, e o diretor, para seu escritório, com a tarefa de elaborar e formalizar por escrito um esquema delineando os objetivos gerais, os específicos e os conteúdos a serem desenvolvidos. Ele explicou que era preciso elaborar um planejamento que fosse apresentável para órgãos públicos, para empresas e para agências de financiamento. Na parte da tarde, o plano de trabalho seria apresentado, discutido e completado com todos os educadores.

Ficamos nos perguntando: qual era a fundamentação da proposta pedagógica da entidade? Será que a entidade era uma espécie de escola informal? O diretor explicou que a entidade oferecia uma educação complementar à escola; seu trabalho visava ao que podemos chamar de “socialização geral”.

Fomos participar dos trabalhos do grupo dos amigos do saber, composto por três educadoras. Uma delas era formada apenas no curso de Magistério, outra cursou Ciências Sociais, fez mestrado em Educação e ocupava informalmente a função de assistente e

secretária da coordenadora pedagógica; já a terceira educadora formou-se no Magistério, em Direito e cursava Pedagogia. Todas eram cedidas pela Secretaria Municipal da Educação. Em outro momento, o diretor comentou que, no final de cada ano, deveria escrever um ofício agradecendo ao prefeito pelo favor de ceder as funcionárias da Secretaria Municipal da Educação e por solicitar formalmente a renovação da “gentileza” para o ano seguinte. Voltando ao grupo de trabalho, diante da página em branco da Programação 2010, era evidente a dificuldade de duas delas com relação à tarefa. A que era mestre em Educação já tinha trazido algumas propostas de conteúdo, apresentando ao grupo algumas dinâmicas e atividades impressas nas quais pretendia se embasar. As demais procuravam, mas sem sucesso, ideias sobre o que indicar como conteúdo e como atividades. Sugerimos que, já que estávamos na biblioteca, elas podiam procurar livros com atividades pedagógicas, com dinâmicas, jogos e propostas educativas para buscar inspiração e sugestões nesse material, podendo assim preparar seu plano de trabalho. Elas foram até as estantes e escolheram diversos livros e passaram um tempo folheando e examinando o material disponível, procurando elaborar suas propostas. A coordenadora pedagógica veio duas vezes na sala ver como ia o trabalho, perguntando o que as educadoras estavam pensando em fazer e comentando suas propostas. A atitude da coordenadora era ativa e superior, exibindo alguma impaciência e algo de rispidez com as duas educadoras que demonstravam claramente suas dificuldades em elaborar propostas de trabalho para serem realizadas com as crianças. Finalmente, conseguiram elaborar algumas propostas de atividades.

Na parte da tarde, o diretor apresentou ao grupo de educadores um esboço do projeto pedagógico para 2010, entregando a todos algumas páginas fotocopiadas com o seguinte texto:

Objetivo geral: promover uma educação que forme pessoas para a valorização e defesa da vida, desenvolvendo suas competências pessoais (ser), sociais (conviver), cognitivas (conhecer) e produtivas (fazer).

<i>Objetivos específicos</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Ações/ Atividades/ Estratégias</i>	<i>Avaliação/ Indicadores</i>
Desenvolver com as crianças e adolescentes um sentido de vida, por meio do conhecimento e da vivência de sentimentos, emoções e valores.	Emoções/ pensamentos, corporeidade, Ecologia. Valores, interioridade, experiência de Deus. Saúde, sexualidade, hábitos de higiene.	Roda de conversa. Experiência de celebrações, de meditação e espiritualidade. Oração nas refeições; Higiene pessoal.	
Criar e promover um ambiente e um clima educativo que possibilite as crianças e adolescentes aprender a conviver de forma saudável, solidária e participativa.	Oralidade: ouvir, falar, diálogo, troca, empatia, solidariedade. Direitos, regras, participação, legislação. Respeito às diferenças e à autoridade. Família, escola, comunidade.	Roda de conversa. Convivência livre, com presença e acompanhamento do educador. Tempo livre e dinâmicas de grupo.	
Despertar e estimular nas crianças e adolescentes a curiosidade e o prazer de conhecer, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento.	Fatos de minha comunidade, história. As diferentes linguagens: artística, corporal e verbal. Os propósitos da leitura, da escrita, da comunicação oral e do cálculo.	Amigos do Saber Contação de estórias.	
Favorecer procedimentos e o exercício de habilidades e aprendizagens desenvolvidas.	Participação na realização das tarefas cotidianas do projeto: limpeza, higiene, cuidado do ambiente. Manuseio de diferentes mídias, informática, Internet. Criação e exposições de trabalhos.	Esporte: jogos cooperativos. Circo e laboratório de teatro: relaxamento, autocontrole, efeitos apaziguadores e educativos (regras, autoridade, disciplina). Hábitos alimentares, higiene.	

<i>Objetivos específicos</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Ações/ Atividades/ Estratégias</i>	<i>Avaliação/ Indicadores</i>
Envolver a família com o projeto no processo educativo dos filhos.	Concepção de família, situação social.		
Promover parcerias com a comunidade.	Políticas Públicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Emprego).		
Articular-se com as obras educativas da congregação religiosa promovendo uma missão comum.	Conteúdos de formação da congregação religiosa.		

As duas primeiras colunas foram preenchidas pelo diretor, e a terceira foi preenchida coletivamente, enquanto os educadores apresentavam suas propostas de conteúdo e de atividades. O item “recursos/custos” não apareceu, e comentou-se que os educadores deveriam informar por escrito para a coordenadora pedagógica quais os materiais necessários. O diretor incumbiu-se de coletar as propostas de cada educador e depois poderia apresentar uma versão mais detalhada e completa do projeto pedagógico.

Não foi fácil obter informações sobre a dimensão financeira que permite o funcionamento da entidade, mas sabemos que ela consome anualmente algo em torno de R\$ 400.000,00. A maior parte das receitas vem da congregação religiosa mantenedora da entidade. O projeto Liberdade Assistida é cofinanciado por meio de um convênio com a SEADS/Fundação Casa e intermediado pela SMAS/CREAS, que aplica R\$ 115.200,00 na sua execução. Em 2009, a entidade também recebeu verba do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 14.000,00. É preciso acrescentar que a prefeitura municipal ainda disponibiliza boa parte da alimentação consumida na entidade e tem quatro educadores e uma assistente social alocados no estabelecimento socioeducativo. Observamos que o poder público não faz isso como

parte de suas obrigações em termos de execução de políticas públicas para crianças e adolescentes no cumprimento dos deveres do município para com os direitos desses cidadãos, mas o faz a partir de uma lógica do clientelismo assistencialista, concedendo ajuda e favor. O problema da sustentação financeira da entidade é crônico, pois a mantenedora sempre tem dificuldades para arcar com todos os custos. A entidade também promove eventos beneficentes para conseguir angariar fundos.

Voltando ao relato da sessão de trabalhos da tarde, notamos que, embora o diretor utilizasse uma estratégia bastante democrática, dialógica e participativa, os educadores não pareciam ter muito para oferecer. Alguns revelavam grandes limitações em sua formação e capacitação teórico-técnica, o que certamente influenciava na baixa qualidade do trabalho socioeducativo desenvolvido pela entidade.

O diretor disse que os educadores não eram afeitos à leitura e não tinham o hábito de se dedicar pessoalmente ao trabalho de buscar seu aprimoramento profissional. Como eles revelavam dificuldades e resistência com a leitura, ele passou a lhes oferecer materiais mais leves, bem resumidos e, assim, mais palatáveis. De fato, o material oferecido nessa semana de formação pareceu pouco denso e demasiado telegráfico. Fomos informados de que havia encontros mensais de formação com os educadores, nos quais eram realizadas palestras sobre diversos temas, eram lidos alguns materiais que serviam para a orientação pedagógica dos educadores, além de debates a partir de filmes exibidos com finalidades formativas.

No dia 29, na sessão de trabalho matinal, buscou-se cuidar da programação do mês de fevereiro, organizando a etapa de acolhida e de adaptação dos usuários. Para tanto, os educadores selecionaram jogos, brincadeiras e atividades lúdicas em geral. As atividades educativas com os quatro subprojetos se iniciam apenas a partir do mês de março.

Também foi organizado um calendário procurando prever os diversos feriados nacionais e municipais – datas em que a entidade também não funciona. Como a entidade possui quatro

funcionários cedidos pelo poder público municipal, avisou-se que os feriados seriam respeitados e que os servidores municipais deveriam seguir o calendário oficial da Secretaria Municipal da Educação. Por exemplo, os dias dessa semana de formação e de planejamento trabalhados pelos educadores cedidos pelo poder público municipal deveriam ser trocados por folgas, pois oficialmente suas obrigações somente se iniciariam no dia 1º de fevereiro de 2010. O diretor explicou que a entidade não iria seguir o calendário da Secretaria Municipal da Educação, pois mesmo com menos educadores (apenas dois), o projeto iria funcionar e receberia as crianças e os adolescentes para atividades de lazer e de convivência.

Como a entidade possui funcionários contratados por ela mesma e alguns cedidos pelo poder público, às vezes é difícil lidar com as discrepâncias de calendário. Os professores da rede municipal costumam gozar de dias de recesso nos meses de dezembro e de julho, além das férias de janeiro e do direito de “abonar” alguns dias ao longo do ano. Já os profissionais contratados pela própria entidade em regime da CLT têm direito apenas a trinta dias de férias por ano. A entidade deve suspender suas atividades de acordo com o calendário da Secretaria Municipal da Educação? Isso não indicaria certa “escolarização” e “prefeiturização” da entidade? E isso seria compatível com os compromissos que a entidade tem com sua clientela?

Além de alguns funcionários, soubemos que a entidade recebe da cozinha piloto da prefeitura municipal (ligada à Secretaria Municipal da Educação) praticamente 40% da alimentação que oferece para seus usuários e funcionários diariamente. Não podemos afirmar que o auxílio do poder público para o funcionamento da entidade seja desprezível. Imaginamos que isso também pode trazer algumas consequências: será que os dirigentes da entidade ficam reféns do auxílio generoso do poder público, sendo cooptados por esses benefícios? Como esses auxílios foram concedidos ou conquistados pela entidade? Será que foram adquiridos por meio do poder de influência pessoal de tipo tradicional e filantrópico com as autoridades políticas do município? Será que as autoridades

políticas tomaram a iniciativa de conceder essas ajudas, numa estratégia clientelista e assistencialista, com finalidade de cooptação? Qual é a atitude dos dirigentes da entidade com relação às autoridades políticas: sua atuação é passiva, subserviente, subordinada, adulatora e temerosa de perder os “privilégios” adquiridos? Ou eles, partindo da lógica dos direitos, entendem que o poder público tem obrigações para com a implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes? Se os educadores cedidos pelo poder público não fossem considerados adequados, a entidade ousaria solicitar sua substituição por outros mais capacitados?

Seria interessante saber como os educadores cedidos vieram trabalhar na entidade. Será que eles vieram por altruísmo e movidos por um compromisso solidário com as crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras subalternas? Não parece ser o caso, pois, pelo que conhecemos da realidade municipal, essa é a mesma clientela que frequenta as escolas municipais da periferia. Certamente, os cursos de Magistério, de Pedagogia e outros que formam professores não preparam os profissionais para um trabalho socioeducativo como o que é oferecido pela entidade. Quais as vantagens para um professor da rede municipal em trabalhar numa entidade assistencial que atende a crianças e a adolescentes? Pelo que conhecemos do funcionamento das escolas da rede municipal de ensino, as atividades dos professores são rigidamente supervisionadas e intensamente monitoradas, eles têm um grande volume de trabalho com a preparação de aulas, com o ensino das crianças e com a correção de tarefas escolares, além da realização das avaliações com os alunos. Na entidade, podemos observar que tudo isso pode ser tomado e levado de modo muito mais leve e improvisado. Parece claro que é muito mais fácil trabalhar numa entidade assistencial do que numa escola de educação fundamental, sobretudo porque na entidade não há exigências de sucesso escolar, de verificação comprovada de aprendizagem e de processos de promoção e de retenção de alunos, como acontece na escola municipal de ensino fundamental. Isso ficou claro pelo modo como a avaliação do “aproveitamento” das crianças e adolescentes que

frequentam a entidade foi realizada e apresentada, de acordo com nosso relato do dia 27.

Os educadores reunidos na sessão de trabalho ainda organizaram um calendário com as datas previstas para a realização dos encontros de formação mensais: 16/3, 13/4, 18/5, 8/6, 17/8, 21/9, 19/10 e 9/11. Os temas que seriam desenvolvidos nesses dias não foram definidos. Soubemos que nesses dias as crianças e os adolescentes são dispensados e não comparecem na entidade. Os educadores também discutiram se seriam realizados passeios e acampamentos. Sugeriram uma visita à entidade que a congregação religiosa mantém numa outra cidade da região e um passeio ao zoológico de uma cidade vizinha no primeiro semestre. Havia passeios previstos para visitar a catedral e o bosque municipal. No segundo semestre poderiam ser realizados passeios e acampamentos em chácaras próximas da cidade.

A entidade também costuma fazer reuniões semanais dos educadores, que duram normalmente uma hora, sendo necessárias para monitorar, avaliar, encaminhar e orientar os trabalhos, tratando de questões práticas e pontuais. Essas reuniões seriam realizadas nas quartas-feiras de manhã. Enquanto os educadores estão nessas reuniões, as crianças e os adolescentes ficam sob os cuidados de estagiários do curso de Psicologia. O diretor comentou que é preciso orientar o trabalho dos estagiários, que devem conhecer as crianças, se entrosar, construir uma relação e estabelecer um vínculo com elas. Os educadores comentaram que as crianças não respeitam os estagiários, brigam com eles, colocando-os à prova, testando e desafiando sua paciência. Uma educadora comentou que alguns estagiários caem nas provocações e discutem com as crianças, “descendo ao nível delas e ficam batendo boca”. O diretor disse que os educadores deveriam estar perto e acompanhar as atividades dos estagiários, enfatizando que era função da coordenadora pedagógica orientar os estagiários.

Depois, o diretor sugeriu que chamassem alguns representantes da equipe do projeto Liberdade Assistida para conversar sobre o uso compartilhado dos espaços da entidade pelas duas

equipes de educadores e pelos usuários. Dois educadores do projeto vieram e, em conjunto, combinaram regras para o uso de salas para atendimento individual, que deveriam ser mantidas sempre disponíveis. Eles realizavam atendimentos individuais e grupais com adolescentes e reuniões grupais com familiares dos adolescentes que estavam em cumprimento das medidas socioeducativas. Estabeleceram que a sala grande seria utilizada para os trabalhos com os grupos, e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida também poderiam utilizar a sala da biblioteca e de informática, bem como a quadra de esportes coberta, a mesa de pingue-pongue e a piscina, desde que monitorados e acompanhados por seus educadores responsáveis. Os educadores relataram pequenos problemas com relação a esses adolescentes: falta de respeito e enfrentamento com educadores, uso de violência e força excessiva no jogo de futebol, gritaria no pátio da entidade, atrapalhando outras atividades que estavam sendo desenvolvidas. A coordenadora pedagógica disse que os adolescentes eram bem-vindos na entidade e que apenas era preciso ficar atento e apresentar os outros educadores da entidade para eles.

O resto da manhã e a parte da tarde foram dedicados por cinco educadores (os três professores da rede municipal, o professor de Educação Física e a arte-educadora) à preparação das atividades da primeira semana de atividades, visando receber e acolher as crianças. Para tanto, foram à biblioteca e pegaram livros com jogos e atividades lúdicas com crianças, procurando criar uma grade de atividades também para as demais semanas do mês de fevereiro.

O diretor da entidade se comprometeu a elaborar um texto definitivo para a proposta pedagógica do projeto socioeducativo, que depois seria encaminhada para as instâncias pertinentes, tais como o CMDCA, o CMAS e outros órgãos públicos fiscalizadores. No fim da tarde foi feito um churrasco de confraternização entre todos os funcionários da entidade. Os custos com a compra de carnes, bebidas e outros materiais necessários foram rateados entre os participantes. A entidade não arcou com esses gastos.

Tivemos acesso ao último Relatório Trimestral de atividades desenvolvidas na entidade em 2009:

As atividades desenvolvidas na entidade têm como parâmetro os quatro pilares da educação: aprender a ser, desenvolver com os educandos uma visão positiva de si mesmo, **aprender a conviver**, promover valores, hábitos e atitudes de uma saudável convivência social, **aprender a conhecer**, despertar o prazer de conhecer, compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, **aprender a fazer**, aprender os saberes e fazeres da vida cotidiana e da tecnologia.

Para tanto, os projetos: Amigos do Saber, estudos, Esporte e Vida, esporte, e Lona e Arte, arte circense realizam suas atividades diariamente, com os educandos divididos em quatro grupos, de acordo com a faixa etária, sendo que os grupos desenvolvem todas as atividades uma vez por semana.

- **Roda da Conversa:** Dinâmicas que favoreçam a comunicação e expressão. Assuntos do cotidiano sejam eles internacionais, nacionais, da comunidade, da escola e/ou da entidade. O momento de informar, discutir, solucionar problemas, tomar decisões. Desenvolvendo atividades como datas comemorativas, Consciência Negra e Natal, problemas de convivência, uso de materiais e espaços do projeto, notícias de jornais, campeonato brasileiro, H1N1, dengue e organização das atividades diárias.

- **Lona e Arte:** Colaborar para o pleno crescimento da capacidade física, psicológica, afetiva e intelectual da criança/adolescente. Atividades realizadas no período: preparação corporal, aquecimento, exercícios em corda, barras, trampolim. Números circenses: acrobacias de solo, saltos (cambalhotas, estrela, rondado, parada de mão) e relaxamento. Encerramento anual com apresentação de alguns números circenses com a companhia de circo.

- **Esporte e Vida:** Promover o conhecimento e o exercício das habilidades corporais da criança/adolescente, aprendendo a identificar seus limites e possibilidades e a preservar a saúde. Atividades

realizadas no período: biometria, piscina, natação e hidroginástica, futebol e vôlei, jogos, pebolim, ping pong, dominó, brincadeiras, gincanas e queimada.

• **Amigos do Saber:** Desenvolver o hábito de leitura, pesquisa e conhecimento, estimulando a expressão oral, a produção e interpretação de textos. Atividades realizadas no período: concurso de redação, Estatuto da Criança e do Adolescente. Hora do Conto, África – Kênia, conhecendo a realidade africana, filmes, poesias (jardim de histórias). Informática: Internet, jogos educativos on-line, pesquisa de trabalhos escolares e programa Word.

Avaliação semestral dos educandos: na primeira quinzena de dezembro de 2009 a equipe de educadores, coordenação e direção reuniram-se com os grupos de educandos para avaliar a Convivência, Conhecimento, Habilidades artísticas, esportivas, técnicas e práticas, Visão de si mesmo e frequência de cada criança/adolescente no Projeto. Ao final de cada avaliação o educando poderia manifestar-se acerca dos resultados apresentados pela equipe.

12 de dezembro de 2009 a 31 de janeiro de 2010: férias dos educandos. Planejamento anual 25 a 29 de janeiro de 2010 – equipe (educadores, coordenação, direção, voluntários e funcionários).

01 a 12 de fevereiro de 2010: este período corresponde ao início das atividades do Projeto e a fase de integração dos educandos e da equipe. Nas atividades de acolhida, educadores e educandos interagem em dinâmicas de grupo para que possam conhecer melhor uns aos outros, convivência livre, músicas, bingos e brincadeiras: seus vizinhos, formação de grupo, nunca três, gincanas, queimada.

Esse relatório parcial é interessante porque permite ter uma ideia sobre o trabalho socioeducativo que esteve sendo realizado na entidade assistencial privada 1.

Observando o modo de funcionamento da entidade assistencial privada 1 no atendimento às crianças e aos adolescentes

De 3 a 5 de maio de 2010, visitamos a entidade e acompanhamos a rotina de atendimento às crianças e aos adolescentes. No período matutino, as crianças e os adolescentes chegam a partir das 8 horas, indo guardar suas mochilas na sala anexa aos banheiros masculinos e femininos, onde há armários individuais. Alguns educadores chegam às 8, outros, às 8h30. As crianças e os adolescentes devem permanecer em uma sala vendo televisão ou brincando, onde aguardam em grupo pelo café da manhã, que é servido a partir das 8h30, depois de uma breve oração, sendo tomado em silêncio. Uma educadora preenche uma lista de presença e depois pede voluntários para limpar os banheiros masculinos e femininos e o refeitório, pois considera-se “educativo” que “as crianças e adolescentes colaborem com a limpeza”. Mas observamos que os educadores não supervisionam nem colaboram com as crianças na execução dessas atividades. Isso provavelmente indicaria para os usuários que os educadores não fazem serviços subalternos – eles têm que fazer pois estão no lugar da subalternidade. Se é “educativo” que as crianças e os adolescentes colaborem com a limpeza, e se isso não é apenas uma forma de economizar com funcionários contratados para a limpeza da entidade, por que os educadores não acompanham os educandos na tarefa da limpeza? Talvez porque se vejam como “professores” e, como se sabe, professores não fazem faxina na escola, que fica por conta dos zeladores e serventes, trabalhadores subalternos e invisíveis no contexto da instituição escolar.

A roda de conversa vai das 8h30 às 9 horas, na quadra poliesportiva. Depois há uma hora de atividade por grupo de crianças e adolescentes, sob a supervisão de um educador. Um grupo fica com o professor de Educação Física, outro com a arte-educadora e outro com uma educadora na sala de informática ou na biblioteca. Estes últimos grupos realizam atividades com material gráfico, ouvem histórias, fazem ditados, tarefas escolares e podem utilizar os

computadores para brincar com jogos eletrônicos. Um grupo participa de atividades de Educação Física e faz algum esporte; outro grupo participa de atividades circenses. Na roda, ouvimos os educadores criticarem o comportamento das crianças, chamando a atenção em público dos indivíduos que haviam infringido regras. Também ouvimos que os educandos que não se comportassem de modo adequado não iriam participar de passeios e de acampamentos que seriam promovidos pela entidade.

A partir das 10h30, há um horário livre para o lazer das crianças e dos adolescentes, que podem jogar pingue-pongue, pebolim ou correr pelo pátio coberto e pela quadra poliesportiva. Às 11 horas há o banho – as crianças e adolescentes trocam de roupa e vão para o refeitório. O almoço é servido às 11h30. Depois as crianças devem ficar sentadas no pátio, sem correrias e algazarra, esperando pelo ônibus municipal que as levará para a escola. Esse mesmo ônibus trará boa parte das crianças e dos adolescentes que frequentam a entidade no período vespertino.

Na parte da tarde, as crianças e os adolescentes chegam à entidade por volta de 12h10, descem aos banheiros, onde trocam o uniforme escolar por roupas confortáveis e adequadas para a realização de atividades esportivas e de lazer. Em uma sala anexa aos banheiros, guardam suas mochilas nos armários disponíveis. Tudo isso é feito pelas crianças e pelos adolescentes sem supervisão dos educadores.

Em seguida, eles devem se dirigir para a sala onde há uma televisão, cadeiras e colchonetes. Ali eles devem aguardar pelo almoço, sendo expressamente proibido ficar perambulando pela entidade, brincar, sozinho ou em grupo, na quadra poliesportiva ou correr pela área verde da entidade. A biblioteca e a sala de informática estão fechadas nesse momento.

Como não há educadores suficientes para supervisionar as crianças e os adolescentes nesse período de tempo, os educadores encontraram como alternativa manter todos nessa sala, para poder assim controlá-los mais facilmente. Normalmente, os professores de educação fundamental são muito preocupados com o risco de

que brincadeiras coletivas e agitação sem supervisão possam se degenerar em brigas e ferimentos. Seu excesso de zelo “maternal” prefere então mantê-los quietos, calmos e sob controle, embora talvez isso não seja o melhor para eles. Essa questão nos remete a Goffman (1987), quando ele analisa a dificuldade que as equipes dirigentes e os profissionais têm no trabalho com as pessoas, deparando-se com dilemas clássicos, por exemplo: conflitos entre meios e fins, manutenção de padrões humanitários *versus* eficiência institucional, entre outros. No caso da entidade assistencial, acabam predominando os interesses institucionais pragmáticos dos educadores, mais do que os dos usuários.

O almoço é servido às 12h30, quando os usuários se dirigem para o refeitório e se sentam em silêncio (constantemente exigido por um educador que supervisiona a refeição). No refeitório, há seis mesas com oito lugares cada, que são ocupadas pelas crianças e pelos adolescentes. Depois de uma breve oração, o educador determina a ordem na qual as crianças vão pegar os pratos para almoçar, sendo liberado um grupo de oito crianças de cada vez. A refeição é servida pelas cozinheiras, que dão a cada criança um prato com a refeição já servida. Elas oferecem os alimentos para as crianças e fazem os pratos, procurando não exagerar na porção, embora possam repeti-la. Os alimentos são normalmente bem preparados; há arroz, feijão, carne, salada, suco artificial, sobremesa (gelatina ou frutas). As crianças e os adolescentes devem comer em silêncio, sob o olhar vigilante e rigoroso do educador. Não há um clima alegre e descontraído durante as refeições. O objetivo do educador é que todos se alimentem sem fazer bagunça e algazarra, dando broncas e reprimindo comportamentos considerados inadequados. O som predominante que se ouve é a voz alta e ríspida do educador, que ordena, reclama, chama a atenção, critica e policia a refeição das crianças e dos adolescentes. O refeitório se assemelha mais com um quartel ou um convento do que um ambiente socioeducativo.

Os técnicos e os profissionais podem almoçar na entidade, e sua presença é sentida como um incômodo por parte do educador que vigia o almoço das crianças. Eles são as testemunhas do seu

autoritarismo, além disso, conversam e riem, demorando-se num cafezinho, o que contraria a regra do silêncio durante as refeições. Realmente, as refeições na entidade não constituem um momento de convivência, de confraternização, de criação de vínculos, de troca de informações ou um tempo de agradável descontração.

Depois do almoço, as crianças e os adolescentes devem, obrigatoriamente, retornar para a sala, onde devem permanecer durante uma hora, num tempo de descanso. Elas podem ver televisão, ocupar-se com jogos, gibis ou dormir em colchonetes. Saídas para tomar água ou para ir ao banheiro devem ser autorizadas pelo educador que as supervisiona.

O educador recolhe celulares, relógios e outros objetos de valor que ficam sob sua guarda para evitar furtos, devolvendo-os na hora da saída. Fomos informados de que as crianças e adolescentes “não podem chupar chiclete nem balas na entidade, igual na escola”. As meninas devem usar roupas adequadas e não muito curtas. Há regras para o uso da sala, para o uso da biblioteca, da sala de informática, para jogar pebolim e pingue-pongue. Mas essas regras não estão escritas num documento único.

A roda de conversa começa às 13h30, quando o professor de Educação Física e a arte-educadora retornam para mais algumas horas de trabalho na entidade. Todos vão para a quadra poliesportiva, as crianças e os adolescentes sentam-se em círculo no chão, e os educadores sentam-se em cadeiras, também fazendo parte do círculo. Na roda de conversa, há comunicação de avisos e notícias, “a busca de resolução de conflitos”, mas predominam as broncas públicas dos educadores quanto ao comportamento inadequado de crianças e adolescentes que descumprem regras, faltam na escola, “criam problemas” etc. O tom dos educadores é autoritário, escolar e repressivo. Como nem sempre há assuntos que prendam a atenção, as broncas não são nada atraentes, e a roda demora, as crianças e adolescentes dispersam-se, deitam-se no chão, rolam, mexem uns com os outros, tendo sua atenção chamada pelos educadores, que os admoestam para voltarem à ordem e prestarem atenção.

Depois da roda, que dura aproximadamente trinta minutos, as crianças e os adolescentes são divididos em três grupos, e cada um deles desenvolve com um educador, das 14h às 15h30, as seguintes atividades: arte circense, esportes e atividades escolares na biblioteca. Cada educador desenvolve as atividades como quer. Solicitamos para a coordenadora pedagógica a programação que cada educador desenvolve com as crianças, para conhecer o “conteúdo programático” do trabalho educativo. Ela disse que cada educador escreveu seu plano de trabalho e que ela teria passado para o diretor da entidade. Pedimos ao diretor para conhecer esses documentos, e ele nos forneceu o plano de trabalho da entidade, dizendo que o plano de cada educador já havia sido incluído nele. Parece que cada educador dispõe de bastante liberdade para fazer seu trabalho como achar melhor, o que indica também uma boa margem para a improvisação, já que não há conteúdos a serem desenvolvidos. Isso pode descambar para a ausência de planejamento do trabalho, prejudicando a qualidade da oferta pedagógica institucional, o que também incide no grau de adesão e de frequência das crianças e dos adolescentes ao programa desenvolvido pela entidade.

Um período de “convivência livre” vai das 15h30 às 16 horas, quando as crianças e os adolescentes podem brincar sem supervisão dirigida dos educadores. O professor de Educação Física e a arte-educadora vão embora, encerrando seu horário na entidade. Fica apenas uma educadora para acompanhá-los. Às 16 horas começa o “banho dos pequenos”; às 16h10, o “banho dos grandes”. A coordenadora disse que, às vezes, esse é o único banho que alguns deles tomam. Depois, às 16h30, todos vão para o refeitório, e depois de uma breve oração, é servido um lanche. Às 16h45 as crianças e os adolescentes são liberados.

Como já mencionamos, dos 75 usuários, aproximadamente, quarenta frequentam o período vespertino. Há uma lista de presença preenchida no refeitório, no café da manhã e no almoço da turma nesse período. A coordenadora pedagógica informou que tanto as ausências quanto as desistências ou abandonos são monitorados, sendo que os faltosos são contatados por telefone. As

matrículas são abertas o ano todo e novos usuários sempre podem ser admitidos, quando há procura e vagas disponíveis. Contudo, não notamos que haja uma busca realmente ativa pelos ausentes e uma preocupação constante em manter realmente preenchidas todas as vagas disponíveis, permitindo que os recursos da entidade sejam utilizados para os fins para os quais foram criados.

A evasão das crianças se deve à rotina demasiadamente escolar do programa da entidade, depois de frequentá-la durante meses ou alguns anos. Elas também deixam de ir por preguiça e descuido dos pais. Também é verdade que as que frequentam a entidade são pobres, mas já não dependem exclusivamente de frequentar a entidade para conseguir se alimentar, já que as escolas de educação fundamental também oferecem uma melhor alimentação na atualidade.

Mas certamente a evasão das crianças também se deve ao modo como são tratadas pelos educadores: eles se comportam como profissionais da educação, como professores assalariados pelo poder público ou pela própria entidade, mas não aderem necessariamente às propostas de política pública dos direitos da criança e do adolescente. Os educadores possuem os vícios e os costumes escolares tradicionais e os reproduzem no cotidiano da entidade, no seu contato com as crianças e com os adolescentes. Sua formação profissional oscila entre uma qualificação básica e sofrível, predominando a despolitização, a ausência de uma atitude de leitura, de aprofundamento e de pesquisa na sua área de atuação no contexto de um trabalho socioeducativo.

A coordenadora pedagógica trabalha na entidade em período integral e normalmente permanece em sua sala, onde recebe mães dos usuários para matrículas e orientações sobre seus filhos. Ela também entra em contato com as famílias das crianças faltosas, para pedir esclarecimentos e para solicitar que os pais enviem seus filhos para a entidade no horário correto, bem como para a escola e para o período de reforço escolar, quando é o caso. De vez em quando, a coordenadora caminha pela entidade, observando os educadores no desempenho de suas atividades. Ela não trabalha diretamente com os diversos grupos de crianças e adolescentes, mas

às vezes os supervisiona na sala quando chegam os do período vespertino, além de os acompanhar ao refeitório durante o almoço.

As crianças ou adolescentes que desagradam os educadores são levados à coordenadora, que faz o papel de “diretora de escola”, encarregada de dar bronca nelas, procurando enquadrá-las, sendo por isso muito temida pelas crianças menores. Pelos relatos que ouvimos, não é incomum que crianças e adolescentes considerados indisciplinados sejam fortemente intimidados e pressionados por educadores na entidade, reproduzindo as práticas repressivas típicas da escola no trato com os alunos que “dão problema”, inclusive podendo chegar à sua expulsão da entidade.

Pensamos que não há muito trabalho para a coordenadora pedagógica na entidade. Na verdade, observamos ainda que cada educador fica com grupos pequenos de crianças e de adolescentes: 8 ou 12 apenas. Um número pequeno de educandos poderia implicar num trabalho de maior qualidade, já que seria mais focalizado e personalizado. Mas não foi isso que verificamos. Se as crianças e os adolescentes que estão matriculados não comparecem, os educadores têm menos trabalho e problemas. É por isso que não se verifica na entidade um grande interesse em manter todas as vagas disponíveis realmente preenchidas.

O diretor da entidade também permanece em sua sala e não trabalha diretamente com as crianças e com os adolescentes, a não ser esporadicamente, em alguns momentos especiais. Durante seu horário de trabalho, ele se ocupa com leituras, com o site da entidade, com a preparação de documentos e relatórios, com questões burocráticas e pedagógicas relacionadas com a dinâmica de funcionamento da entidade. Embora o diretor possua uma visão crítica e informada sobre as políticas públicas para as crianças e os adolescentes, tendo sido conselheiro tutelar e tendo experiência na área, ele comentou que não tem conseguido imprimir essa direção no trabalho assistencial da entidade. Disse ainda que os profissionais são resistentes, calam-se diante das orientações, opondo uma resistência velada e trabalhando de acordo com seu próprio arbítrio e com as práticas típicas da cultura escolar e do funcionalismo público. Reconhecendo

seus méritos e limitações, admitiu resignado que “era esse o pessoal que a entidade tinha para realizar o trabalho socioeducativo”.

A assistente social da entidade dedica-se ao desenvolvimento de uma série de atividades administrativas, sendo a responsável pela organização dos arquivos e da documentação da entidade; pela elaboração de relatórios de prestação de contas para o Ministério da Justiça, para a Secretaria da Receita Federal, para o Conselho Municipal de Assistência Social e para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também é a responsável pela elaboração e pela execução do orçamento anual, fazendo compras e pagamentos. Em 2009, soubemos que ela elaborou e enviou cinco projetos para celebração de parcerias e captação de recursos à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; à Fundação SM; ao Prêmio Itaú-UNICEF; ao Projeto Ajuda – Colégios da Congregação Religiosa e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seu trabalho ainda inclui as seguintes tarefas: a) recebimento de cestas básicas, provenientes de aplicação de penas alternativas determinadas pelo Poder Judiciário; b) recebimento de beneficiários com pena alternativa de prestação de serviços à comunidade para a realização de serviços gerais na entidade; c) reuniões com a comissão de captação de recursos e reuniões com a equipe de direção; d) organização de eventos beneficentes para angariar fundos para a entidade; e) prestação de contas do Projeto Liberdade Assistida; f) adequação do espaço físico para o atendimento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; g) contratação de pessoal para trabalhar na entidade. Certamente não se pode dizer que haja pouco trabalho para a assistente social no estabelecimento.

Análise da proposta socioeducativa da entidade assistencial privada 1

Tendo colecionado documentos e realizado as visitas de observação participante, procuramos refletir sobre como localizar e situar a ação empreendida pela entidade do ponto de vista

político-pedagógico. Não vamos tratar de modo particular o projeto de Liberdade Assistida executado na entidade, pois ele mereceria um estudo específico.³ A entidade tem uma equipe exclusiva para realizar esse atendimento, e esse trabalho não se mescla com o outro programa de atendimento, que é a razão principal da existência do estabelecimento. Mas podemos afirmar que o atendimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida funciona de modo psicologizante e terapêutico, focalizando o atendimento individual a partir de uma perspectiva patologizante do indivíduo.

Quanto ao projeto de atendimento de crianças e de adolescentes no nível da proteção básica, podemos considerar que essa entidade realiza uma ação denominada propriamente de “socioeducativa”, no sentido de que ela não pretende oferecer formação técnico-profissionalizante ou mesmo escolarização para seus usuários.

De acordo com o discurso oficial e, portanto, numa visão tradicional e corrente, um programa socioeducativo poderia designar uma espécie de projeto efetuado de longo prazo, com o intuito de integrar pessoas que partilham de uma determinada situação “desfavorável”, visando a sua inserção social por meio da educação, de

-
3. Projetos que executam medidas de Liberdade Assistida têm sido intensamente pesquisados ultimamente, de acordo com a literatura (Volpi, 1997; Pereira, 2002; Souza, 2003; Paula, 2004; Gallo, 2006; Santos, V. F., 2007; Santos, J. R., 2008; Benelli; Ribeiro, 2014). De acordo com Saliba (2006), as medidas socioeducativas propostas pelo ECA dissimulam uma prática historicamente consolidada de vigilância e de controle do comportamento de crianças e de adolescentes. Às vezes de modo inconsciente (ou, inclusive, de modo cínico), elas expressariam o olhar vigilante e controlador dos poderes constituídos sobre indivíduos juvenis em conflito com a lei e que representariam algum tipo de ameaça para a ordem estabelecida. O ECA propõe procedimentos educativos e a reeducação para crianças e adolescentes em conflito com a lei, o que pode ser interpretado como estratégias de controle disfarçadas. A força ostensiva da lei, em defesa da ordem pública, traveste-se de educação social, de práticas de caráter “socioeducativo” suaves e persuasivas. As “ações pedagógicas” desenvolvidas e colocadas em prática por dispositivos institucionais promovidos pelo ECA podem encobrir o controle coercitivo da conduta de crianças e de adolescentes pobres que não se enquadram nas normas sociais vigentes.

projetos educativos, de atividades extracurriculares, de aulas de reforços etc. No geral, esses projetos pretendem ajudar crianças e adolescentes “carentes”, considerados em “situação pessoal e social de risco”, que moram em periferias, passam por dificuldades financeiras e, por consequência, educativas, estando assim em “situação de vulnerabilidade”. Alguns exemplos desses projetos são o programa Criança Esperança, o Amigos da Escola e vários outros de ONGs. Há também programas que podem ser considerados socioeducativos, como as várias campanhas do governo para combater e prevenir o uso de drogas, para promover a consciência a respeito do álcool e da direção, conscientizar quanto ao uso de preservativos etc. Num sentido amplo, um programa socioeducativo pode ser um projeto, uma campanha ou um auxílio que visa a ajudar, a promover, a incluir ou a conscientizar a população de alguma forma, com relação à vida social.

O termo “socioeducativo” também costuma ser utilizado para se referir aos projetos, programas e entidades assistenciais que trazem, integram em suas propostas e formas de atuação, tanto a dimensão social quanto a dimensão pedagógica/educativa. Trata-se, portanto, de projetos realizados fora do contexto das escolas do sistema de ensino oficial. Essas ações socioeducativas seriam complementares ao trabalho da escola, tendo surgido a partir de diversas iniciativas. Normalmente, são promovidas por Organizações Governamentais (OGs) e Organizações não Governamentais (ONGs) que podem atuar em parceria com prefeituras, igrejas ou denominações religiosas, com empresas e membros da comunidade que oferecem um serviço voluntário de atenção e cuidado com a infância e adolescência. Esses empreendimentos sociais apresentam um mosaico de propostas, oferecendo atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuiriam para desenvolver competências e habilidades, ampliar o universo cultural e convivência em grupo, na perspectiva de promover a inclusão social (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2007a, 2007b, 2007c).

Desse modo, o discurso oficial afirma que essas diversas entidades desenvolvem ações socioeducativas buscando produzir

oportunidades de aprendizagem, sem ser uma repetição do espaço escolar. Não possuem necessariamente um currículo e uma programação pedagógica padronizada, mas sua eficácia educacional estaria apoiada num currículo-projeto que nasceria das demandas, interesses, particularidades e potencialidades dos participantes, incluindo educadores, crianças e adolescentes e técnicos. Sua finalidade também visaria a garantir proteção social, no sentido de uma política pública que é ofertada a todo indivíduo que se encontra fora dos canais e redes de segurança social, ou seja, pessoas desprotegidas e vulneráveis porque não estão incluídas e/ou usufruem precariamente dos serviços das políticas públicas sociais de saúde, educação, habitação etc. Essas ações ainda buscariam colocar em prática a intenção máxima do ECA: garantir e promover o desenvolvimento e a proteção integral para crianças e adolescentes. Como se pode observar, um programa socioeducativo teria intenção protetiva e educacional, conjugando, assim, em sua ação, objetivos de duas políticas setoriais: a da Assistência Social, responsável pela oferta de serviços de proteção social, e a da Educação, responsável por garantir o acesso e a apropriação aos saberes sistematizados (Ibid.).

Nossa hipótese é a de que poderíamos verificar uma dimensão correcional/patologizante que cimentaria as demais dimensões, a saber, a pedagógico/educacional e a assistencial/protetiva. Ou talvez essa dimensão pudesse ser mascarada e recoberta pelas outras duas.

Podemos encontrar paradigmas no âmbito da Assistência Social (paradigmas da caridade, da promoção humana, da filantropia, do clientelismo assistencialista, da política pública conservadora, da educação popular) na Educação (Pedagogia Tradicional, Pedagogia Renovada, Pedagogia Dialética, tal como apresentam Cotrim (1993), Saviani (1988) e Libâneo (1994), e no âmbito da Psicologia (Tradicional: Inatista, Empirista, Interacionista; Crítica-Dialética: Sociointeracionista; Sócio-Histórica: AI, Genealógica). É esse conjunto de conhecimentos que compõe a grade de análise a partir da qual estamos operando nesta pesquisa.

Será que a proposta de fundamentar o projeto pedagógico da entidade assistencial privada 1 nos quatro pilares da educação não estaria servindo para ocultar o espontaneísmo e a improvisação do atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes? Numa proposta ampla como a dos quatro pilares da educação cabe um pouco de tudo. Também podemos nos perguntar se uma proposta realmente dialética de educação não seria mais condizente com os interesses das crianças e dos adolescentes pertencentes aos grupos populares, inclusive fundamentando de modo mais radical e consequente as interações dialéticas entre “aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver”. Provavelmente, a Educação Popular, ao empregar uma pedagogia dialética, equaciona e integra melhor essas dimensões educacionais, mas o faz a partir de uma perspectiva crítica e de política popular.

Verificamos que nessa entidade não há preocupação com conteúdos específicos, com o ensino/aprendizagem de informações e de saberes escolares, científicos e acadêmicos, mas uma acentuação do lúdico, do esportivo e do “aprender a aprender”. Será que essa opção teórico-metodológica é realmente compatível com a sofisticação que pode ser encontrada na base de sustentação da teoria dos quatro pilares da educação? Não seria necessário ter profissionais altamente qualificados para colocar em prática essa orientação pedagógica, traduzindo-a em atividades socioeducativas criativas, atraentes e coerentes com a proposta? Talvez essa orientação pedagógica, supostamente dotada de grande qualidade, esteja sendo traduzida pelos educadores, na prática, por ações improvisadas e espontaneístas. Se o que se pensa é que não há “nada” para ser ensinado, também não haveria “nada” para ser preparado, nem avaliado ou cobrado. Certamente, isso poderia facilitar bastante a vida de um educador horista que trabalha na entidade.

Quando ouvimos os temas do “aprender a aprender” e do cultivo do ser, do desenvolvimento da personalidade dos usuários, do cuidado com suas relações interpessoais e da questão do “aprender a fazer”, tais locuções nos remete ao ideário da Pedagogia Renovada, numa acepção psicologizante da prática educativa. (Cotrim,

1993; Saviani, 1988; Libâneo, 1994). Há uma grande preocupação, pelo menos por parte do diretor, em ser “democrático” com as crianças e com os adolescentes. Isso se evidencia, no início anual do funcionamento da entidade, nas “rodas de conversa” e no trabalho de apresentação das atividades que são desenvolvidas pela entidade, com as crianças e os adolescentes novatos que são convidados a participar, a se manifestar, a opinar e a sugerir.

Mas a oferta institucional parece-nos fraca e improvisada no dia a dia. Isso se deve também aos limites próprios dos educadores, de sua formação anterior e de sua perspectiva escolarizada. Talvez haja mesmo um processo acentuado de escolarização do trabalho da entidade. Parece que ela está mais próxima de uma pré-escola, de uma creche e inclusive de um “clube de entretenimento” para crianças pobres. Não é raro ouvir os educadores tentando controlar/motivar/orientar as crianças para as atividades propostas, usando a refeição, a piscina e passeios eventuais como “estratégias pedagógicas”: a criança que não obedecer ou colaborar pode ser eventualmente punida com a perda da refeição, com a impossibilidade de usar a piscina ou de participar de passeios ou acampamentos a serem realizados. Aí podemos verificar certo empirismo pedagógico (Becker, 1993) mais tradicional na atuação dos educadores, que poderiam ser considerados “maus behavioristas”, buscando controlar com sanções e punições o comportamento infantil e adolescente.

Também chama atenção a ausência de adolescentes com mais de 17 anos frequentando a entidade. Há numerosas crianças, com apenas 5 ou 6 anos de idade. Segundo ouvimos dizer, parece que a debandada dos adolescentes coincide com a chegada de professores da rede municipal da educação, que foram cedidos pela prefeitura municipal para a entidade, na função de “educadores”. Talvez tenha havido uma opção não oficial por atender crianças menores. Para os professores tradicionais, crianças pequenas são mais obedientes, podem ser controladas e inclusive submetidas mais facilmente, não se rebelando nem enfrentando os educadores e sequer questionando a qualidade da oferta pedagógica.

Os dirigentes da entidade consideram muito importante a avaliação do projeto desenvolvido na entidade promovida pela equipe técnica da edição 2009 do Prêmio Itaú-UNICEF. Fomos informados de que o projeto da entidade foi vencedor regional na edição de 2005 e foi semifinalista nas edições de 2007 e 2009. Nessa última edição, o projeto realizado pela entidade foi ressaltado como relevante, “pois contempla uma função social claramente definida, no contexto peculiar, de alta vulnerabilidade social em que ocorre, atendendo as suas demandas e oferecendo oportunidades efetivas de desenvolvimento às crianças e adolescentes”. Os avaliadores destacaram ainda “a clareza na intencionalidade, na construção metodológica e na fundamentação teórica para a educação integral de qualidade”. Consideraram como marcante “a diversidade e a amplitude das ações desenvolvidas”, conforme o relatório ao qual tivemos acesso.

Qual seria, porém, a influência e o grau de condicionamento que as propostas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)⁴ e o Prêmio Itaú-UNICEF exercem na construção da proposta pedagógica da entidade, pelo menos no que se refere ao ideário que permeia os textos com suas propostas pedagógicas? Por meio dos documentos da entidade aos

4. De acordo com informações disponíveis no seu site, o Cenpec foi criado pelo banco Itaú em 1987, visando a promover a melhoria e avanços na política pública de educação no país. Suas ações conjugam mobilização social, construção de coalizões e indução de novos caminhos para a política pública educacional. Como segmento da sociedade civil, o Cenpec persegue, para além da competência técnica no desenho e elaboração de projetos, condutas de militância social. Valoriza e impregna sua ação com processos de mobilização social; participa de coalizões em torno de avanços necessários da política social; fomenta e integra-se às redes de ação pública; introduz, em todas as suas ações, ferramentas de controle social para que os grupos com os quais atua se utilizem delas no exercício desse controle e como impulsionador de avanços. Observamos que o Cenpec também difunde os quatro pilares da educação e, provavelmente, exerce razoável influência sobre as entidades assistenciais que promovem atividades socioeducativas, por meio de concursos, publicações e atividades de formação e de capacitação (Carvalho, 2005, 2008; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2007a, 2007b, 2007c).

quais tivemos acesso, parece haver um alinhamento discursivo dela com centros de produção de sentido, de premiação e de financiamento que parecem influenciar de modo determinante os rumos teórico-pedagógicos e políticos da entidade assistencial. Mas quem são os atores sociais que compõem essas centrais de difusão de sentidos? Qual o sentido político dos projetos oferecidos pelo Cenpec? Parece que se trata de mais um grupo alinhado com os interesses hegemônicos nacionais e internacionais que promovem uma “educação integral” que visa cooptar os educandos das classes populares na direção do consenso social e da subordinação à ordem vigente.

Pensamos que a proposta pedagógica da entidade, ao se alinhar com os paradigmas hegemônicos nos campos da Pedagogia, da Assistência Social e da Psicologia, apresenta um caráter bastante tradicional e conservador, embora não necessariamente reacionário. A dimensão socioeducativa desenvolvida na entidade ainda contém indícios claros de práticas repressivo-correcionais, de perspectivas patologizantes e assistencialistas. Embora o ECA seja citado, não podemos afirmar que a lógica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos seja predominante no funcionamento da entidade. Uma proposta alternativa potencialmente revolucionária e transformadora, num sentido dialético mais específico, estaria na alternativa representada pela Pedagogia Popular (Brandão, 1986a; Freire, 1987; Demo, 2001; Pereira, 2001; Hurtado, 1992; Graciani, 2005).

Conhecendo o cotidiano da entidade assistencial privada 2

Realizamos quatro visitas para conhecer o funcionamento cotidiano da entidade privada 2, em quatro dias diferentes (11, 12, 22 e 26 de fevereiro de 2010).

A rotina diária de atendimento aos adolescentes começa com a chegada às 8 horas da manhã, quando é servido o café. Às 8h30 começam as atividades nas salas de “orientação e treinamento”, com duração de três horas corridas, que vão até o horário do

almoço, servido às 11h30. Durante o café da manhã e o almoço, o aparelho de TV do refeitório é ligado; há também uma mesa de pingue-pongue, disponíveis no pátio, sendo muito apreciadas pelos adolescentes. Depois do almoço, os adolescentes descansam no refeitório e se divertem no pátio e na quadra coberta. Às 13 horas são retomadas as atividades de orientação e treinamento, com mais três horas corridas, sendo encerradas às 16 horas, com o lanche da tarde. Depois disso, os adolescentes retornam para suas casas. Todos eles estão matriculados na escola que frequentam, obrigatoriamente, no período noturno.

Durante os períodos de orientação e treinamento, que incluem propriamente três horas de aulas realizadas tanto no período matutino quanto no vespertino em duas salas de aula, pequenos grupos de dez a doze adolescentes deixam essas salas de atividades e realizam treinamentos diferenciados com a monitora psicóloga, com a monitora de informática, com o monitor do coral. Um adolescente é escalado por semana para trabalhar como *office boy* em treinamento na realização de serviços internos, outro adolescente treina com os aparelhos de telefone e de fax, outros colaboram no serviço de restaurante educativo (auxiliando no trabalho de servir as refeições no horário do almoço). Todas essas atividades acontecem ao mesmo tempo, sendo que os adolescentes que permanecem nas salas de aula com suas respectivas monitoras se dedicam a estudar as diversas apostilas que constituem a “matéria” a ser aprendida. Os adolescentes que, enquanto isso, estão deslocados em outros treinamentos, têm o dever de se apropriar dos conteúdos por si mesmos posteriormente, apesar de não tê-los visto em classe. Isso quer dizer que várias atividades são superpostas e realizadas de modo concomitante, com grupos diversos de adolescentes, sendo que todos devem passar por todas as atividades e estudar todos os conteúdos das apostilas. Além disso, também são oferecidos, no estabelecimento, atendimento médico (o médico dá plantão na entidade duas vezes por semana) e odontológico (que é realizado todos os dias, de segunda a sexta, no período da manhã). Esses profissionais são disponibilizados pelo poder público municipal.

No prédio de atividades pedagógicas, há duas salas para orientação e treinamento, com capacidade para cinquenta adolescentes cada, mas normalmente há aproximadamente 45 adolescentes por sala. Há um anfiteatro com 112 lugares, uma sala de coordenação pedagógica e outra sala de atendimento e orientação psicológica. Também há uma sala de informática com 15 computadores, todos ligados em rede e conectados à internet, anexa ao refeitório dos funcionários. Há banheiros para os monitores, localizados no prédio de atividades pedagógicas e outros banheiros externos para os adolescentes. Há também uma sala, denominada “laboratório”, onde são realizadas atividades práticas de “atendimento telefônico”, “utilização do aparelho de fax”, “aulas de datilografia”, “empacotamento”, “frente de caixa”, “repositor de mercadorias”, sendo que, para tanto, ela está equipada com antigas máquinas de datilografia, com aparelho de telefone e de fax e ainda com produtos de supermercado, sacolas e carrinhos de compras, que são utilizados nos treinamentos. Há ainda a sala da banda (que realiza ensaios durante a semana) e a sala da biblioteca. A biblioteca é constituída por um grande número de livros, que foram doados à entidade e que aos poucos vão sendo catalogados pelos próprios adolescentes, sob a supervisão dos educadores.

Há um grande salão que funciona como refeitório, anexo a uma sala de treinamento, e ainda um refeitório menor para os funcionários, uma cozinha ampla e equipada, bem como uma grande despensa. Uma média de trezentas refeições diárias é preparada e servida, normalmente, na entidade.

A área administrativa é composta por um hall de entrada, uma saleta de espera com guichê para a secretaria, uma ampla secretaria, uma sala de coordenação geral, um salão de reuniões, banheiros, sala de almoxarifado, sala do assistente social, consultório do médico e consultório do dentista. A entidade possui ainda pátio coberto, quiosque com churrasqueira, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol gramado e instrumentos musicais para apresentações. Ela oferece os seguintes cursos aos adolescentes: informática: (Windows, Word, Excel, PowerPoint, internet etc.);

secretariado, auxiliar de escritório, departamento pessoal – administrativo, vendas, marketing pessoal e outros.

Todos os cursos são apostilados, e esse material impresso é usado pelos alunos exclusivamente durante as atividades educativas da entidade, não podendo ser levado para casa. Todos os alunos devem copiar em seus cadernos o conteúdo das várias apostilas, sendo que esse trabalho de cópia é controlado por meio de “vistos” pelos monitores. A seguir será apresentado sinteticamente o conteúdo de uma das apostilas dos cursos.

A apostila do curso de Marketing Pessoal tem trinta páginas, cujo conteúdo é constituído por um conjunto eclético de textos selecionados a partir de uma bibliografia tradicional dessa área, que consta na última página. O tema geral intitula-se Marketing de Relacionamento, e a introdução do texto explica o que é o “Marketing Pessoal”. O texto é composto por dois módulos e por um conjunto de textos complementares. O módulo 1 do curso contém os seguintes temas: 1. O processo de ampliação do conhecimento – reconhecer o que existe. Os difíceis caminhos da arrogância. Atitudes e frases negativas; 2. Viver e agir com entusiasmo e confiança. Conheça os 10 bons motivos para viver com entusiasmo; 3. O porquê do Marketing Pessoal; 4. Você é seu produto; 5. Atividade física, recreativa e cultural. Módulo 2: 1. O Marketing Pessoal e a comunicação; 2. Estabelecendo metas; 3. Marketing pessoal eletrônico; 4. Criação do currículo na internet; 5. Como anda sua vitrine? 6. Atividade física, recreativa e cultural. Textos complementares: 1. Comunicação, A boa comunicação, Onze graves erros de comunicação, Características básicas de um emissor modelo, Regras básicas de comunicação; 2. Cinco modos de provocar curto-circuito na comunicação, Reações erradas na comunicação; 3. A arte de ouvir; 4. Importância do “feedback” nas relações interpessoais; 5. Qualidade: fazer certo – “o padrão de desempenho é zero defeito”. Recursos humanos e qualidade total. Relação interna – fornecedor – cliente interno; 6. Trabalho em equipe – mandamentos de um membro de grupo. As palavras mais importantes em um grupo; 7. Comportamento assertivo; 8. Sensação, perceber é preciso

– concentração e observação; 9. Aumentando a criatividade – cinco passos da criatividade – vinte maneiras de ser criativo – obstáculos à criatividade; 10. Algumas pessoas não sabem viver bem...; 11. Saber viver bem pode ser...; 12. Receptividade às sugestões: 1. Valorize seu lado humano; 2. Respeite todos; 3. Confiança nos colegas; 4. Atenção a tudo, atenção às pessoas; 5. Comunicação aberta; 6. Valorização pessoal; 7. Ser humano, as pessoas.

As referências bibliográficas indicam sites relativos ao tema do Marketing Pessoal, bem como alguns livros típicos nesse campo denominado de “Recursos Humanos”, marcados pela ideologia do empreendedorismo como solução para o problema do desemprego na contemporaneidade. Do ponto de vista crítico, essa literatura pode ser considerada tradicionalmente alienada e alienante, enquanto um discurso produzido pelos donos do capital e dos meios de produção, visando aumentar a produtividade individual e coletiva dos trabalhadores. Mas seria difícil esperar uma orientação diversa, sendo que os criadores e mantenedores da entidade são membros de um clube de serviço composto por indivíduos da elite local.

Assistimos às aulas, aos treinamentos com telefone e fax, aos alunos trabalhando na catalogação de livros da biblioteca, às atividades na sala de informática, ao treinamento para que os adolescentes possam trabalhar na área de estacionamento regulamentado pago e presenciamos uma sessão de treinamento que a monitora psicóloga realizou com um grupo de 14 adolescentes de ambos os sexos, que tinham entre 14 e 15 anos de idade. Inicialmente, a monitora leu e comentou um texto sobre o “comportamento elegante”, obtido na internet. Depois pediu a participação de todos, solicitando que dissessem quais os comportamentos elegantes que eles costumavam apresentar. Todos tiveram que comentar sobre o tema, e a psicóloga repreendeu-os, explicando que no dia anterior todos tinham demonstrado um comportamento muito deselegante, ao correrem em disparada para o refeitório, após o sinal do almoço. Explicou que eles não deveriam fazer isso na entidade e menos ainda numa empresa na qual fossem trabalhar. Em seguida, ela interagiu com eles, procurando treiná-los para a experiência de uma “entrevista num processo

seletivo”, orientando-os a se apresentarem individualmente durante trinta segundos cronometrados, informando seu nome, endereço, grau de escolaridade, uma descrição sumária do próprio modo de ser, aspectos positivos e negativos da própria personalidade, modos de ocupação do tempo livre e planos para o futuro.

Havia respostas “certas”, e a monitora comentava as coisas que cada adolescente enunciava, fazendo-os refletir sobre como o entrevistador receberia as respostas, pois haveria coisas mais adequadas para dizer do que outras, visando a uma vaga para trabalhar. A psicóloga jogava uma bola para cada um dos adolescentes, para indicar que era a vez de ele ir para sua “entrevista” no centro do grupo, que estava reunido na forma de meia lua. A atividade durou três horas, e a psicóloga interagia bem com os adolescentes, que pareciam apreciá-la. Os adolescentes eram receptivos e participavam bem da atividade, demonstrando apenas certo embaraço que poderia ser considerado típico da idade. A psicóloga é formada há vinte anos e atua na área de Recursos Humanos, tendo longa experiência nesse setor em diversas empresas da cidade.

Perspectiva político-pedagógica do trabalho socioeducativo da entidade assistencial privada 2

Qual é a perspectiva político-pedagógica que fundamenta o programa socioeducativo empreendido por essa entidade? Em seus textos aparecem alguns significantes chamativos, tais como: “amparar e auxiliar adolescentes das classes desfavorecidas”; “prevenir que os adolescentes ingressem na marginalidade”; praticamente todo o “regulamento disciplinar” é marcado por um forte autoritarismo que impõe uma posição de completa subalternidade aos adolescentes. Aliás, a entidade é reconhecida por ser rigorosa no seu esforço de “reeducar” os adolescentes, sendo muitas vezes “incompreendida por autoridades do Judiciário”, conforme soubemos numa comunicação pessoal obtida na própria entidade.

Podemos considerar que essa entidade se ocupa com a educação dos desempregados que são membros das camadas populares. Sabemos que o número de desempregados vem aumentando em decorrência do desemprego estrutural e tecnológico, e como esses indivíduos não possuem meios para comprar bens e serviços, devem ser mantidos sob controle para evitar o acirramento das tensões sociais, de acordo com a estratégia hegemônica da elite dominante. Como trabalhar com adolescentes e jovens para os quais não se tem como oferecer a perspectiva de emprego e, conseqüentemente, de alimentar seus sonhos de autonomia e de constituição de uma família, a partir do ideário tipicamente burguês? A perspectiva de análise pautada pelo conceito de classe social permite entender as iniciativas de entidades assistenciais públicas e privadas que buscam desenvolver políticas compensatórias de formação para crianças e jovens das classes populares consideradas “em situação de vulnerabilidade”, visando oferecer alternativas de reinserção ou inclusão social (Ribeiro; Benelli, 2015).

Sem dúvida, a dimensão socioeducativa nessa entidade é constituída pela formação técnico-profissional, pela denominada preparação ocupacional. A “promoção da integração ao mercado de trabalho” consta na LOAS (Brasil, 1993, artigo 2º), o tema da “educação profissional” também aparece na LDBEN (Brasil, 1996, artigos 39-42), e o “direito à profissionalização e à proteção no trabalho” está igualmente presente no ECA (Brasil, 1990, artigos 60-69).

Talvez esses documentos também estejam marcados por uma teleologia profissionalizante, ou seja, voltados apenas para potencializar a produtividade da força de trabalho, no que respeita à educação/qualificação de crianças e adolescentes das classes subalternas e empobrecidas, sob o influxo dos interesses hegemônicos do capitalismo internacional, subscritos pela elite nacional.

No caso dessa entidade assistencial, o que parece intrigante é o tipo, a qualidade e o sentido da qualificação oferecida. Temos a impressão de que para esses adolescentes pertencentes às classes subalternas é oferecida apenas uma qualificação precária, fortemente ideológica, que os encaminharia para ocupações também

subalternas, socialmente discriminadas e que remuneram mal. Para os pobres, parece que o “destino” reserva apenas um trabalho “braçal”, desqualificado, secundário e pelo qual se pagam apenas baixos salários. Talvez estejamos aqui, diante de um caso de concepção de preparação do trabalhador que obedece a uma perspectiva taylorista/fordista bastante tradicional. Ao nome de Taylor está associada a estratégia da divisão parcelada do trabalho, que ficou mais conhecida como “linha de montagem” na produção de mercadorias (Taylor, 1980; Morgan, 1996).

Algumas possibilidades sobre a “Educação Profissional”, modalidade socioeducativa desenvolvida pela entidade assistencial privada 2, podem ser encontradas em diversos estudos críticos (Ferretti; Silva Junior, 2000; Oliveira; 2001, 2003; Ramos, 2002; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Souza, 2005; Kuenzer, 2006; Wermelinger; Machado; Amâncio Filho, 2007; Frigotto, 2007). *Educação profissional* é um conceito de ensino abordado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) complementada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados para o acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. Há três níveis de educação profissional segundo a legislação brasileira: a) nível básico: voltado para pessoas de qualquer nível de instrução e que pode ser realizado por qualquer instituição de ensino; b) nível técnico: voltado para estudantes de ensino médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação. Há a opção de se fazer esses cursos integrados com o ensino médio ou separados, a partir do término do 2º ano do ensino médio; c) nível tecnológico: realizado apenas por instituição de ensino superior (faculdades ou universidades). Pode ser realizado ainda como graduação ou pós-graduação.

Para compreender o objetivo profissionalizante da entidade assistencial privada 2 também podemos nos pautar em algumas

análises críticas importantes sobre a “Educação Empreendedora” (Caldas; Crestana, 2005; Cêa; Luz, 2006; Dantas, 2008; Dias, 2006; Lima, 2008; Souza, 2006a, 2006b). Educação empreendedora é a aplicação do “empreendedorismo” à Pedagogia e à Educação. De acordo com Souza (2006b, p.227):

A palavra empreendedorismo é uma livre tradução da inglesa *entrepreneurship*. Refere-se a uma área de grande abrangência, que trata de campos como o empreendimento de novos negócios (criação de empresas), o empreendedorismo comunitário (as comunidades empreendedoras), o empreendedor/trabalhador independente (geração do autoemprego), o intraempreendedor (empregado empreendedor), bem como de políticas públicas que objetivam a formação de empreendedores e o desenvolvimento e financiamento de empreendimentos.

A cultura empreendedora teria como objeto adaptar (e conformar) os indivíduos à nova realidade econômica do país. Nesse sentido, à medida que a noção de competência adquire materialidade numa “pedagogia empreendedora” (Dolabela, 2003), ela também comunga da mesma concepção de homem natural-funcionalista que deságua numa concepção subjetivo-relativista de conhecimento. Essa concepção de homem o submete à adaptação aos ditames impostos pelo mercado, ao mesmo tempo que promove o consenso necessário à manutenção do sistema capitalista (Gentili, 1998). A “teoria” que serve de base para a Pedagogia Empreendedora aposta numa iniciativa individual e transfere para o indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do seu projeto de vida. Essa proposta não considera os conflitos de classe, procurando incutir uma espécie de destemor ingênuo do empreendedor diante dos desafios da vida na sociedade capitalista de classes. Para a Pedagogia Empreendedora, o fracasso consiste na desistência individual do sonho e enquanto isso não acontecer não há fracasso.

É difícil deixar de nos espantar com certa esperteza que pensamos verificar no caso dessa entidade. Ela foi criada e é mantida

por membros da elite local que podem ter encontrado uma fórmula interessante para economizar com a contratação de mão de obra, afinal de contas, estagiários e menores aprendizes são mais baratos que um funcionário adulto. Além disso, a empresa não tem nenhuma obrigação em contratar o jovem aprendiz quando ele completa 18 anos, pode simplesmente dispensá-lo e, no seu lugar, colocar outro jovem aprendiz, indefinidamente. As empresas parceiras colaboram com os gastos da entidade, que lhes prepara permanentemente uma mão de obra “pré-profissionalizada” ou, talvez mesmo, “pseudoprofissionalizada”. Ouvimos dizer na entidade: “nosso objetivo é auxiliar o adolescente a conseguir seu primeiro emprego com carteira registrada, o resto depende unicamente dele, que tem que fazer de tudo para manter seu emprego. Se ele for dispensado, nós já fizemos nossa parte”. Então temos que nos remeter necessariamente ao tema da “competitividade e da culpabilização individual” pertinentes ao caso, questão que foi bem desenvolvida por Guareschi (1999).